



PUC-SP

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social**

Lucas Lopes de Almeida

**O trabalho profissional de assistentes sociais
junto aos movimentos sociais de moradia
que enfrentam remoções forçadas**

Mestrado em Serviço Social

**São Paulo
2023**



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

Lucas Lopes de Almeida

O trabalho profissional de assistentes sociais
junto aos movimentos sociais de moradia
que enfrentam remoções forçadas

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social sob a orientação da Prof.^a Dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz.

São Paulo
2023

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação de mestrado por processos de fotocopiadora ou eletrônicos.

Assinatura:

Data: 27 de março de 2023

E-mail: lopeslucas9797@outlook.com

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Ficha catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Almeida, Lucas Lopes de
O trabalho profissional de assistentes sociais
junto aos movimentos sociais de moradia
que enfrentam remoções forçadas. / Lucas Lopes
de Almeida. – São Paulo: [s.n.], 2023.
104 f. il.

Orientadora: Rosângela Dias Oliveira da Paz.
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-
-Graduados em Serviço Social.

1. Assistentes sociais. 2. Conflitos urbanos. 3. Movimentos
sociais de moradia. 4. Remoções forçadas. 5. Direito à
cidade. I. Paz, Rosângela Dias Oliveira da. II.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa
de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.
III. Título.

Lucas Lopes de Almeida

**O trabalho profissional de assistentes sociais
junto aos movimentos sociais de moradia
que enfrentam remoções forçadas**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social sob a orientação da Prof.^a Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz.

Aprovado em: ___/___/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Prof.^a Dra. Carola Carbajal Arregui
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Prof.^a Dra. Nuria Pardillos Vieira
Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP)

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Brasil, código do financiamento: 88887.582007/2020-00.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas/os aquelas/es que vieram antes de nós e percorreram um longo caminho para chegarmos neste tempo presente. A ancestralidade é fundamental para revelar os elementos que constituem o passado e anunciar as possibilidades de futuro.

Agradeço à minha mãe, Maria Lenisce, e a meu pai, Natércio, por tudo que fizeram para que eu pudesse chegar até esse momento. Compreendo os esforços que realizaram e busco levar os diversos ensinamentos que transmitiram para a minha vida.

Agradeço a meus amigos e familiares, todas/os aquelas/es que participaram da minha trajetória e contribuíram para a minha formação pessoal, profissional, política e ética.

Agradeço à minha companheira, Fabianne, que me acompanhou durante todo esse processo, expressando paciência e a intenção de construir uma relação fundada no respeito mútuo e na horizontalidade.

Agradeço ao corpo discente do Programa o acolhimento e os debates e enfrentamentos em tempos de investidas contra uma concepção libertadora de educação.

Agradeço às/aos docentes, em especial às professoras Carola Carbajal Arregui, Maria Carmelita Yazbek, Maria Lúcia Martinelli, Maria Lucia Silva Barroco e Mariangela Belfiore Wanderley, com as quais cursei disciplinas e participei de núcleos de estudos e pesquisas, e à Professora Raquel Raichelis Degenszajn, o comprometimento enquanto coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PPGSS/PUC-SP).

Agradeço ao Professor Fabricio Leal de Oliveira e à Professora Giselle Tanaka por possibilitarem a minha participação como estudante na Disciplina Planejamento Conflitual do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ).

Agradeço às professoras Isabel Cristina da Costa Cardoso e Daniele Batista Brandt, da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS-Uerj), os aprendizados compartilhados no Ciclo de Estudos e Debates

2020/2021 Contradições e impactos do desenvolvimento capitalista sobre a (re)produção socioambiental e fundiária do espaço: o que temos a aprender com as práxis anticapitalistas e suas pedagogias populares?

Agradeço às/aos colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos) e do Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios, que admiro e contribuíram profundamente para a ampliação dos entendimentos sobre as relações profissionais construídas em conjunto com a população.

Agradeço às/aos participantes da pesquisa pela disponibilidade em compartilhar os seus conhecimentos, que contribuem para pensarmos em outras formas de sociabilidade nas cidades.

Agradeço às companheiras e aos companheiros de trabalho do Departamento de Trabalho Social da Secretaria Municipal de Habitação de Osasco o apoio e as trocas diárias de saberes em relação à profissão e à vida.

Agradeço às/aos profissionais, às/aos professoras/es, às/aos pesquisadoras/es e às/aos militantes que compõem o Fórum de Trabalho Social em Habitação – São Paulo, espaço que fomenta o debate, reflexão e articulação política comprometido com a pauta do direito à cidade.

Agradeço à Professora Rosangela Dias Oliveira da Paz toda a dedicação em sua trajetória com os debates acerca da questão urbana, o trabalho social na habitação, movimentos sociais e formação profissional. Agradeço me acolher desde o ingresso no Programa e especificamente como Orientadora, após um momento delicado de falecimento da Professora Dirce Koga.

No dia 29/10/2021 perdemos alguém muito especial, de extrema generosidade enquanto pessoa e também intelectual, alguém que conheci através dos livros em Serviço Social, uma referência nos estudos sobre a profissão e a política social. Tive o prazer de encontrá-la em alguns momentos pelos corredores e eventos que ocorreram na PUC-SP durante a graduação, mas não poderia imaginar que a Professora Dirce Harue Ueno Koga seria a minha Orientadora durante o Mestrado.

Aproximando-me dela pude notar o seu comprometimento com a profissão e com todas/os aqueles que estavam próximas/os, uma pessoa que se preocupava com cada estudante e que buscava compreender as situações em suas singularidades e universalidades. Não imaginaria que era uma pessoa tão querida, companheira e atenta na relação com os estudantes.

Nesse dia, perdemos fisicamente essa pessoa maravilhosa, que nos deixa percursos, trajetórias, caminhos e possibilidades de pensarmos os territórios vividos, alguém que provoca a conectarmos-nos com o outro, compreendendo as diferenças como potencialidade e forma de avançar na produção do conhecimento. Ela foi e continua presente em todas/os nós como alguém de imensa sensibilidade, estava sempre ali para apoiar plenamente e contribuir de uma maneira significativa a refletir e atuar sobre os desafios do cotidiano. Alguém que as palavras não conseguiriam alcançar.

Dirce Koga, presente!

Governador, justiça, prefeito e polícia
Quadrado mágico da malícia
Um governador que prometeu e não cumpriu
A justiça que decretou despejo hostil
Um prefeito que poderia e não fez
A polícia que efetivou a ação com insensatez
Empresários inadimplentes, mas muito ricos
Proletários, desabrigados, mortos e feridos
Empregadas, catadores de papel, garis
Operários, lavadeiras viviam ali
Um local inabitável transformado em moradia
Agora um bairro, agora cheio de vida
Alegria, cedo ou tarde pagariam por essa ousadia
A juíza a desocupação exigia
Barricadas montadas pelos moradores
Pra chamar a atenção, mas dos bastidores
Preparada a operação batizada 'Inquietação'
Tensão... Ninguém vai dormir, não!
E os guerreiros das ruas de barro vermelho
Faziam dos quilombolas seu espelho
15 longos dias, o povo heroicamente resistia
Até que o acesso foi fechado por todas as vias
Os jagunços preparados pra exibir seus trunfos
Iniciou-se a operação Triunfo
[...]
Hospital convocado, polícia disfarçado
Dá pra imaginar o saldo?
Bombas de gás, granadas, armas letais
Centenas de hematomas, provas de mais!
Vários desaparecidos, centenas detidos
Nem cara nem idade foram paliativos
Todos os barracos foram derrubados
Área prum shopping, condomínio fechado
Os desabrigados alojados em ginásios
Há mais de ano, e pouco assentados
[...]
Onde a terra vale muito mais que vidas
Sofremos com o triunfo dessas injustiças.

RESUMO

ALMEIDA, Lucas Lopes de. **O trabalho profissional de assistentes sociais juntos aos movimentos sociais de moradia que enfrentam remoções forçadas.** 2023. 104 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

A presente dissertação de mestrado busca aprofundar o debate acerca do trabalho profissional de assistentes sociais junto aos movimentos sociais de moradia que enfrentam os processos de remoções forçadas, compreendendo os elementos da formação sócio-histórica de um país localizado na periferia do capitalismo e perpassado pela desigualdade no acesso à terra. Observamos a produção sistemática de expulsões da população trabalhadora dos locais de moradia, em decorrência dos interesses do mercado imobiliário, realidade exponenciada em uma conjuntura marcada pela financeirização do capital, ofensiva do ideário neoliberal nas políticas sociais e agravamento das condições de existência em sociedade. A metodologia é composta pela pesquisa bibliográfica acerca das disputas entre as classes sociais no espaço urbano, em suas relações de expropriação por parte da classe hegemonicamente dominante e resistência das/os trabalhadoras/os a essas violentas investidas. A pesquisa empírica desenvolveu-se por meio de entrevistas com duas lideranças populares e duas assistentes sociais que têm um histórico de atuação com movimentos de moradia da região central da cidade de São Paulo. Os instrumentais foram constituídos em roteiros de questões abertas que possibilitaram uma significativa coleta de informações e análise qualitativa acerca das relações entre os aspectos presentes nas narrativas e que dialogam com o estudo. Os resultados da pesquisa contribuem para a apreensão acerca das formas de resistência construídas pelos movimentos de moradia frente às violações urbanas, os múltiplos impactos das remoções forçadas para as famílias e a materialização do exercício profissional de assistentes sociais junto aos sujeitos coletivos, em uma relação orientada pelo compromisso com os interesses da classe trabalhadora, expressando elementos que constituem o projeto ético-político profissional.

Palavras-chave: Assistentes sociais. Conflitos urbanos. Movimentos sociais de moradia. Remoções forçadas. Direito à cidade.

ABSTRACT

ALMEIDA, Lucas Lopes de. **The professional work of social workers jointly with social housing movements that face forced evictions**. 2023. 104 f. Dissertation (Master's in Social Work) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo [Pontifical Catholic University of São Paulo], São Paulo, 2023.

This master's dissertation seeks to deepen the debate about the professional work of Social Workers with social housing movements that face forced evictions, understanding the elements of the socio-historical formation of a country located in the periphery of capitalism and permeated by inequality in access to land. We observe the systematic production of expulsions of the working population from their homes, due to the interests of the real estate market. This reality is exponentiated in a conjuncture marked by the financialization of capital, the offensive of the neoliberal ideology in social policies, and the worsening of the conditions of existence in society. The methodology is composed by the bibliographic research on the disputes between social classes in the urban space, in its relations of expropriation by the hegemonically dominant class, and the resistance of workers to these violent onslaughts. The empirical research was developed through interviews with two popular leaders and two social workers who have a history of working with housing movements in the central region of São Paulo. The instruments were made up of scripts with open questions that allowed for a significant collection of information and qualitative analysis about the relations between the aspects present in the narratives and that dialog with the study. The results of the research contribute to the apprehension of the forms of resistance built by housing movements against urban violations, the multiple impacts of forced evictions for families, and the materialization of the professional practice of social work with collective subjects in a relationship guided by the commitment to the interests of the working class, expressing elements that constitute the professional ethical-political project.

Keywords: Social workers. Urban conflicts. Housing social movements. Forced evictions. Right to the city.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapeamento Colaborativo do Observatório de Remoções: região metropolitana de São Paulo	36
Figura 2 – Mapeamento Colaborativo do Observatório de Remoções – Região Central de São Paulo	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEM	Centro de Estudos da Metrópole
CF	Constituição Federal
FJP	Fundação João Pinheiro
FLM	Frente de Luta por Moradia
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCMV-E	Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades
MOHAS	Movimento Habitacional e Ação Social
MSTC	Movimento Sem Teto do Centro
MSTRU	Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OR	Observatório de Remoções
PIB	Produto Interno Bruto
PIU	Projetos de Intervenção Urbanística
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
UMM	União dos Movimentos de Moradia
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PERCURSO METODOLÓGICO	20
1 CIDADES E CONFLITOS URBANOS	25
1.1 CONFLITOS URBANOS: A DISPUTA PELA TERRA.....	25
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS REMOÇÕES FORÇADAS NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	35
2 PROCESSOS DE REMOÇÕES FORÇADAS: REBATIMENTOS NA POPULAÇÃO E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA	46
2.1 APONTAMENTOS ACERCA DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA CIDADE DE SÃO PAULO.....	46
2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO: RESISTÊNCIAS ÀS REMOÇÕES FORÇADAS E LUTA PELO DIREITO À CIDADE	51
3 O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA QUE ENFRENTAM REMOÇÕES FORÇADAS	69
3.1 UM OUTRO LUGAR DO TRABALHO PROFISSIONAL EM SITUAÇÕES DE REMOÇÕES FORÇADAS	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS PROFISSIONAIS	98
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SUJEITOS DE MOVIMENTOS DE MORADIA	99
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	100

INTRODUÇÃO

Início este trabalho trazendo alguns aspectos sobre a minha trajetória pessoal que me proporcionaram chegar neste momento. Compreendo que os temas referentes à questão urbana e à desigualdade social sempre marcaram a minha vivência, mas houve um momento em que se mostraram como uma possibilidade de pesquisa e aprendizado.

Apesar de trajetórias com inúmeros percalços e condições que fizeram meus pais saírem do Nordeste e norte de Minas Gerais em busca de melhores condições de vida em São Paulo, eles compreenderam a importância dos estudos e da educação, até mesmo pelas impossibilidades geradas pelo não acesso à universidade. No ensino médio contei com familiares, amigos e professores que mostraram a importância de ingressar no ensino superior.

Quando encontrei o Serviço Social como uma possibilidade de profissão, não o conhecia de forma aprofundada, e as descrições que constam nos meios eletrônicos informavam sobre a capacidade do profissional de realizar uma compreensão acerca da desigualdade social presente em nossa sociedade e acerca de possibilidades de intervenção para buscar a superação dessa realidade – apesar de em alguns *sites* a postura assistencialista estava em conjunto com o que seria o Serviço Social.

No momento em que descobri um curso que possui essa perspectiva de compreender a sociedade e intervir para a busca de uma outra proposta societária, realizei a minha escolha profissional. A partir desse momento, deparei-me com os desafios de inserção no ambiente acadêmico, ainda mais quando não estamos acostumados a frequentar esses espaços. No início foram muitos estranhamentos e aprendizados, que permanecem de alguma maneira até hoje, mas trabalhados de outra forma, a partir das vivências e conhecimentos adquiridos no percurso acadêmico e profissional.

A possibilidade de estudar em uma universidade como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), reconhecida nacional e internacionalmente pela sua história de resistência e construção de saberes em diversas áreas, foi de extrema importância para o despertar de inúmeros caminhos que eu nem imaginaria que eram possíveis. Mas é preciso compreender que o perfil de estudantes da universidade como um todo ainda permanece elitizado, realidade

que sofreu alterações nos últimos anos com os processos de lutas por cotas e bolsas de estudo no ensino superior brasileiro.

O interesse pela temática da questão urbana me acompanhava em minha trajetória, muito por conta dos percursos que realizava em minha infância e adolescência pela Zona Oeste da Região Metropolitana de São Paulo, municípios que possuem uma proximidade física, mas em alguns aspectos uma disparidade em relação às condições de acesso aos serviços e equipamentos públicos.

Residi todo esse período na cidade de Carapicuíba e em muitas ocasiões precisava acessar os demais municípios do entorno para finalidades como saúde, educação, lazer e cultura. Esses percursos trouxeram reflexões sobre a questão da desigualdade e questionamentos sobre a causa dessas diferenciações entre áreas no espaço urbano.

Foi uma surpresa descobrir que existiam autores que discutem exatamente essa questão, mesmo no decorrer da graduação. Foi nesse momento que encontrei uma ótima perspectiva de compreender a sociedade a partir dos estudos sobre as cidades e suas interfaces com o modo de produção capitalista.

O estágio no escritório-modelo Dom Paulo Evaristo Arns – PUC-SP foi um momento importante para a inserção no campo de intervenção, em que os conhecimentos advindos da universidade passam a ser relacionados com as demandas presentes na realidade social. A área de projetos sociais do escritório-modelo possuía convênio com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo para o atendimento sociojurídico de famílias em assentamentos em situação de irregularidade fundiária e ameaçados de remoções forçadas. A vivência neste estágio proporcionou uma possibilidade de compreensão acerca das questões do trabalho social junto à população, no sentido de levantamento das informações, necessidades e interesses dos sujeitos coletivos, com vistas à elaboração de propostas para a afirmação do direito à moradia e à cidade.

Contribuiu também nesta trajetória a realização de trabalhos para as disciplinas em que realizei visitas a algumas áreas da cidade, como: ao Viaduto Alcântara Machado, local em que a população em situação de rua residia e possuía uma forma de auto-organização; à favela São Remo, que está localizada ao lado do *campus* da Cidade Universitária da USP, onde entrevistei alguns moradores a fim de compreender a relação entre os moradores e a universidade (na maior parte dos relatos observamos que os moradores acessavam aquele espaço para lazer ou

trabalho, mas a questão da educação foi pouco mencionada); e aos mutirões autogestionários José Maria Amaral e Florestan Fernandes, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1, para compreender a organização popular do movimento de moradia e o trabalho profissional.

Meu objeto de estudo do TCC foi se desenvolvendo no percurso da graduação, enriquecendo meus conhecimentos com a leitura de materiais que propunham uma análise crítica acerca da questão urbana em sua relação com o Serviço Social e a partir das vivências no campo de estágio.

Todo esse processo findou no trabalho intitulado: *Território e Serviço Social: considerações em tempos de ajustes neoliberais*, no qual busquei realizar uma aproximação ao conceito de território e como ele foi trabalhado no Serviço Social, principalmente nos últimos anos, em que houve um aumento na produção científica acerca dessa temática.

A minha inserção enquanto assistente social ocorreu em abril de 2020, quando recebi a convocação para a Prefeitura de Osasco-SP, informei o interesse em atuar na política de habitação e comecei a trabalhar na Secretaria de Habitação do município. A possibilidade de exercer a atividade profissional neste espaço foi fundamental para compreender como a política habitacional e urbana se efetiva na esfera municipal, as contradições e os desafios que se colocam para assistentes sociais neste âmbito.

Ingressar na pós-graduação da PUC-SP foi um outro desafio, numa conjuntura marcada pelo período de pandemia de coronavírus (Covid-19), em que houve uma série de alterações no cotidiano com vistas à contenção da disseminação do vírus, como o distanciamento social, fechamento de estabelecimentos e uso de máscaras. Foi também um período de agravamento das condições de vida da população, considerando o aumento do desemprego, a sobrecarga no sistema público de saúde e a dificuldade de efetivação das políticas públicas mediante a restrição do orçamento público.

Em meio a esses elementos que nos afetam diretamente, surge também a possibilidade de continuar os estudos e contribuir para os conhecimentos na relação entre o Serviço Social e a questão urbana. Os esforços para a construção da dissertação se direcionam para um olhar sobre os processos de resistência popular frente às remoções forçadas que ocorrem nas cidades. Estas explicitam os conflitos

em torno da relação capital-trabalho e terra urbana, numa conjuntura demarcada pela especulação imobiliária.

Alguns questionamentos direcionaram o início do estudo, como as relações de desigualdade no espaço urbano, quais são os agentes que estão presentes nos conflitos, como os profissionais de Serviço Social podem contribuir para a resistência da população que é atingida ou ameaçada de ser removida de determinado local e quais formas podem ser pensadas para romper com essas propostas higienistas de cidades, que não abarcam o interesse da maior parte da população de ter a possibilidade de morar e usufruir dos serviços urbanos.

Dessa forma, propomos nesta pesquisa um percurso investigativo que contribua para o aprofundamento de estudos acerca do trabalho profissional junto aos movimentos sociais que reivindicam a condição de morar, em tempos de financeirização das cidades¹ e expulsão sistemática de parcelas da classe trabalhadora para as bordas urbanas.

[...] A esfera financeira vem atingindo grande dimensão devido aos processos de sobreacumulação de capital. O aumento da riqueza baseada em práticas financeiras tem alcançado – ou reforçado – novos perfis econômicos, para além das atividades clássicas de crédito. De fato, durante o último século, inovações nos mercados financeiros têm transformado propriedades urbanas em um dos mais importantes ativos financeiros, com impactos diretos na dinâmica das cidades (ARAGÃO, 2016).

O momento conjuntural em que nos encontramos demonstra o agravamento das expressões da questão social, marcada pelas investidas neoliberais, com a redução das intervenções estatais no âmbito da garantia de direitos sociais, espraiamento de governos e ideias de extrema-direita e explicitação dos determinantes irracionais de valorização das mercadorias do modo de produção capitalista, rebatendo de forma acentuada nas populações pauperizadas.

Torna-se essencial compreender a atuação de profissionais do Serviço Social em movimentos sociais de resistência que enfrentam ameaças e a concretização de remoções forçadas, com o entendimento de que existe um amplo

¹ A financeirização das cidades é um processo que engloba fatores políticos, econômicos e sociais, mas poderíamos indicar alguns aspectos que constituem esta questão como a inserção do capital financeiro no espaço urbano e as implicações decorrentes, como a especulação imobiliária, gestões empresariais das cidades e a precarização nas condições de moradia da classe trabalhadora. Para um aprofundamento sobre o tema, consultar: FIX (2011); ROLNIK (2015); HARVEY (2011).

espaço para o trabalho profissional nesse âmbito, que expressa uma das formas de posicionamento em favor da classe trabalhadora.

As remoções forçadas são definidas pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU) como “a retirada definitiva ou temporária de indivíduos, famílias e/ou comunidades, contra a sua vontade, das casas e/ou da terra que ocupam, sem que estejam disponíveis ou acessíveis formas adequadas de proteção de seus direitos” (SANTANA, 2018, p. 257).

Cabe evidenciar que existe um debate acerca do termo “remoções forçadas”, considerando que poderia indicar uma redundância, como apontado em: “o eufemismo ‘deslocamento involuntário’, ou o pleonasma ‘remoção forçada’ (VIEIRA, 2015, p. 208), visto que a própria palavra ‘remoção’ indica que o processo não é voluntário e, sim, representa a sobreposição de interesses externos a um determinado conjunto de pessoas. Entretanto decidimos utilizar neste trabalho o termo ‘remoções forçadas’, tendo em vista que este termo vem sendo utilizado historicamente pelos movimentos sociais e demais organizações políticas para explicitar esses processos que impactam diretamente as condições de vida da população. “Apesar das controvérsias acerca da utilização do termo ‘despejos forçados’ em função do seu caráter potencialmente tautológico, o que se almeja é a tradução do sentido de arbitrariedade e ilegalidade contido nessas ações” (MILANO, 2016, p. 108).

Nesse quadro composto de violações, emerge a necessidade de um trabalho de formação política que englobe uma visão interdisciplinar em conjunto com a população, como uma das competências profissionais na direção dos interesses dos trabalhadores em vista de novos arranjos sociais.

Através da apreensão da investigação como componente da prática profissional e uma das dimensões de radical importância para desvelar os determinantes da realidade social. É necessário fortalecer a perspectiva da construção do conhecimento através da pesquisa como um acervo crítico sobre a realidade para enfrentar as questões que se colocam no cotidiano de trabalho profissional.

Logo, defendemos uma intervenção profissional que busque o rompimento com as práticas conservadoras postas pelo ideário burguês que rebatem no Serviço

Social, em busca de conhecimentos que favoreçam olhares emancipadores sobre a sociedade.

Podemos observar, de acordo com a bibliografia acerca da temática, a existência de uma lacuna em trabalhos que tratam dos movimentos sociais que resistem às expressões da questão urbana no capitalismo, das implicações na população afetada e sobre quais os desafios que se colocam para o exercício profissional nesse contexto.

[...] Se a aproximação do Serviço Social com os diferentes movimentos sociais não é recente, parece-nos possível afirmar que a percepção das manifestações da questão agrária, urbana e ambiental no interior destes movimentos é um exercício que ainda precisa de maior sistematização (SANTANA, 2018, p. 84).

O estudo acerca das remoções forçadas de populações, causadas por processos especulativos e que obedecem a interesses de classe, apresenta-se de fundamental relevância para apreender os constituintes da questão urbana na contemporaneidade, aliado ao conjunto das estratégias de resistência popular no enfrentamento dessas ações e os rebatimentos ao trabalho de assistentes sociais.

Uma das indagações se aloca nas requisições estatais a assistentes sociais no chamado em intervenções nessa realidade, demandas institucionais subsidiadas por uma apreensão conservadora, meramente emergencial e para defender os diversos níveis de governo, através da negociação, na criação de consensos, em adesões das intervenções estatais de forma naturalizada, amenizando a questão urgente em que as famílias estão inseridas.

Numa outra vertente contribui junto à população para desmistificar as respostas institucionais, no fomento a alternativas extrainstitucionais e proposição de planos para evitar essa modalidade de ação que provoca a violação das condições de vida da população trabalhadora através de expulsões, numa lógica marcada pela especulação imobiliária. Nesse sentido, a ação profissional se vincula à práxis social, numa dialética relação teoria-prática.

É necessário fortalecer uma perspectiva de ocupações urbanas como uma das formas de questionamento da estrutura fundiária historicamente desigual no Brasil, marcada pelo latifúndio e grilagem de terras. Conforme apontado em:

[...] A ocupação territorial através da grilagem de grandes porções de terras públicas devolutas ou já demarcadas como sesmarias, mas sem o controle territorial efetivo do Estado – o que suscitou muitos conflitos fundiários pela posse – foi a principal forma de posse permitida pelo Estado, ao longo da história da ocupação colonial, com ou sem lei para legitimá-la. Dessa forma, o latifúndio e a grilagem de terras são práticas estruturadoras e fundadoras da chamada “questão da terra e da propriedade” no Brasil, associado ao seu uso predatório e sempre extensivo e “devorador de mais terra” (SANTANA, 2018, p. 57).

Coloca-se, portanto, a urgência de uma abordagem acerca dos movimentos de ocupação da terra urbana como forma de confronto à propriedade privada, questionando as formas que garantem essa apropriação individualizada da terra, principalmente da instituição Estado em suas contradições fundantes.

Compreender a questão do não acesso à moradia e à cidade num país periférico em relação ao capitalismo mundial é um dos movimentos essenciais para encontrar o cerne das disputas pela propriedade privada da terra. Logo a importância do trabalho profissional em situações de remoções, principalmente aquelas relacionadas a reintegrações de posse.

Observamos que essa é uma situação que demonstra a sobreposição da propriedade privada e individualizada em relação ao direito à moradia, à cidade e à uma coletividade.

As experiências demonstram o prevalecimento do direito de propriedade privada da terra urbana adquirida por proprietários individuais ou grandes construtoras, que utilizam os espaços urbanos como mercadoria, seja pela valorização de seus patrimônios individuais, seja pela especulação imobiliária (PAZ; ARREGUI, 2018, p. 64).

As resistências urbanas frente a esses processos espoliativos são redimensionadas e respondidas pelo Estado por meio de instrumentos de criminalização da classe trabalhadora, aliados a estratégias institucionais de punição, a partir dessa condição entendida como irregular e da organização popular que busca enfrentar essa situação.

Uma das contradições inerentes ao Estado se explicita nesse contexto, como se coloca a tarefa de proteção da população em relação aos deslocamentos forçados? Proteção e violação das condições de vida são colocadas em questão, poderíamos pensar, por exemplo, no âmbito constitucional referente a direitos

fundamentais e sociais, entretanto o que observamos é uma expulsão sistemática das famílias, sem a apresentação de alternativas habitacionais concretas. Colocando em evidência que “a segurança da posse se vê ameaçada, aliás, vilipendiada, com os constantes abusos do Estado quando da realização dos despejos forçados” (PAZ; ARREGUI, 2018, p. 70).

Pretendemos abordar quais são e como se colocam as requisições e respostas profissionais no âmbito de atuação com os movimentos de moradia ameaçados de remoções forçadas. Através de um posicionamento que compreenda o trabalho social orientado pelo projeto ético-político profissional da/o assistente social, com o reconhecimento dos reais interesses e necessidades da população trabalhadora, e respeitando a autonomia dos movimentos populares.

PERCURSO METODOLÓGICO

Como aspectos para uma aproximação acerca do objeto de estudo selecionamos os seguintes objetivos: I) apreender e desmistificar a centralidade da propriedade privada da terra no capitalismo, com as particularidades de um país periférico em relação à economia política mundial; II) compreender as contradições que se colocam na disputa entre o direito à propriedade privada e o direito à moradia; III) estudo acerca das espoliações urbanas providas pela lógica capitalista e as respostas elaboradas pelos movimentos de resistência popular para enfrentar essa realidade; IV) compreender a ameaça de remoções e o impacto que as populações sofrem por ocupar espaços em situação de irregularidade fundiária; V) potências e impasses para a atuação profissional neste contexto.

Entendemos que a pesquisa no Serviço Social possui centralidade para a compreensão da realidade social. Por meio de aproximações sucessivas buscamos descortinar os processos que compõem a essência de um determinado objeto de estudo, ultrapassando os aspectos referentes à aparência dos fatos. A dimensão da pesquisa na teoria social crítica possui essa orientação, a realidade deve ser apreendida em sua totalidade, repleta de mediações e a partir do ato de pesquisar aproximamo-nos das tramas que compõem as relações sociais.

É da natureza da profissão a construção de conhecimentos pela via da investigação, não colocando, portanto, a prática da pesquisa como uma possibilidade, mas como uma condição para dar

qualidade ao modo de refletir e intervir dos assistentes sociais comprometidos com as demandas e com as possibilidades de enfrentamento que lhes são postas historicamente (BAPTISTA, 2010, p. 396).

Como forma de viabilizar este estudo, buscamos em um primeiro momento a construção de uma pesquisa bibliográfica e documental acerca de produções acadêmicas e materiais produzidos que nos permitissem um aprofundamento teórico sobre a temática que envolve esta pesquisa. Compreendemos que essa metodologia contribui com a perspectiva de formulação do conhecimento enquanto conjunto de saberes construídos historicamente. Considerando as produções realizadas anteriormente, é possível acompanhar os desdobramentos do debate que contribuem para a fundamentação teórico-conceitual do estudo.

O método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

Os autores pesquisados e analisados neste âmbito contribuem para a compreensão de temas centrais, como: os determinantes da instituição Estado, seus mecanismos de dominação e exploração; a questão dos instrumentos jurídicos como forma de expressão dos interesses hegemônicos de classe; a propriedade privada no capitalismo e a moradia como uma condição de existência para a população; como se explicitam esses embates entre os direitos à moradia e à propriedade privada e a função social da propriedade; compreensão de potências que os movimentos sociais expressam para obter as respostas no interior da institucionalidade e para além desta; o trabalho profissional de assistentes sociais junto aos movimentos sociais de moradia.

Outro elemento que compõe a metodologia está relacionado a uma aproximação em relação ao tema da pesquisa através da participação em atividades, palestras, mesas de debate, oficinas, cursos de extensão, fórum de trabalhadores e seminários, como forma de dialogar com as reflexões que estão sendo formuladas no momento de realização do estudo.

Em um segundo momento, realizamos a pesquisa de campo, como forma de coleta, sistematização e análise de informações, com dois sujeitos de movimentos sociais de moradia que enfrentam os processos de remoções forçadas e assistentes sociais que atuam junto a esses movimentos sociais.

O percurso analítico e sistemático, portanto, tem o sentido de tornar possível a objetivação de um tipo de conhecimento que tem como matéria-prima opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em intersubjetividade. Desta forma, a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um constructo científico (MINAYO, 2012, p. 626).

Partimos da perspectiva que a pesquisa qualitativa acerca dessas experiências não se configura como situação individual ou isolada, mas possui determinantes singulares, particulares e universais que estão em permanente articulação. “Embora pessoal, toda vivência tem como suporte os ingredientes do coletivo em que o sujeito vive e as condições em que ela ocorre” (MINAYO, 2012, p. 622).

Nesse sentido, realizamos entrevistas semiestruturadas com duas lideranças de movimentos sociais de moradia que resistem às ameaças de remoções forçadas e duas assistentes sociais inseridas nos movimentos de luta por moradia no centro da cidade de São Paulo, compreendendo que esta região expressa uma série de embates em torno do direito à permanência da população em contraposição aos interesses do mercado imobiliário. A definição das participantes da pesquisa foi realizada a partir do histórico de trabalho direto das assistentes sociais com movimentos de moradia e das lideranças que possuem uma atuação no centro da cidade de São Paulo.

No momento de realização das entrevistas foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e explicado às/aos participantes da pesquisa qual era o objetivo do trabalho, a possibilidade de manter o sigilo sobre as suas identificações e trechos de suas falas, mas todas/os concordaram em divulgar os seus nomes e informações sobre a trajetória de vida e trabalho.

Enquanto liderança, realizamos a entrevista com Antônia Nascimento e Benedito Barbosa (Dito). Antônia nasceu no estado do Maranhão e migrou para São

Paulo em busca de melhores condições de vida; atua em movimentos de moradia desde a década de 1990; coordena o Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana (MSTRU) há 16 anos e é uma das coordenadoras da Frente de Luta por Moradia (FLM).

Benedito Barbosa atua há cerca de 40 anos com os movimentos de moradia em São Paulo, contribuiu na fundação do Movimento Unificado de Favela, na organização da União dos Movimentos de Moradia (UMM) no início da década de 1980 e também na União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Compõe a Campanha Nacional Despejo Zero, lançada em junho de 2020 por movimentos e organizações sociais, que enfrentou as remoções de famílias no período da pandemia de Covid-19, conquistando a decisão no Supremo Tribunal Federal de suspensão dos despejos entre os meses de junho de 2021 e outubro de 2022, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828 e da Lei n. 14.216/2021.

As assistentes sociais entrevistadas foram Marcia Terlizzi e Cíntia Fidelis. Marcia trabalhou na Secretaria de Habitação do município de São Paulo, atuando com as famílias que residiam em cortiços e na área de planejamento urbano, principalmente em pesquisas, monitoramento e avaliação; coordenou o setor de Regularização Fundiária e o Núcleo de Mediação de Conflitos Fundiários. Nos últimos anos tem trabalhado na assessoria aos movimentos sociais de moradia no centro de São Paulo, como o Movimento Sem Teto do Centro (MSTC).

A inserção de Cíntia como assistente social aconteceu na assessoria técnica Ambiente Arquitetura, em 2011, no acompanhamento de projetos de provisão habitacional e autogestão; trabalhou na UMM e no Movimento Habitacional e Ação Social (MOHAS), também articulando ações no fortalecimento da autogestão. Em 2018, iniciou o trabalho na assessoria técnica Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, que possui vinculação com os movimentos e ocupações da região central de São Paulo. Em paralelo, atua no Programa Moradia Digna do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos desde 2020, onde acompanha famílias e movimentos sociais em ações de conflitos fundiários e reintegrações de posse.

Compreendemos as/os entrevistadas/os enquanto sujeitos de pesquisa e defendemos a construção do conhecimento em conjunto com as/os participantes como forma de contribuir com saberes que fortalecem as lutas sociais.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, intitulado **1 CIDADES E CONFLITOS URBANOS**, buscamos traçar alguns debates em torno dos elementos que constituem a questão urbana e os conflitos de classes sociais que estão presentes nessa dinâmica.

No segundo capítulo, **2 PROCESSOS DE REMOÇÕES FORÇADAS: REBATIMENTOS NA POPULAÇÃO E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA**, resgatamos aspectos sobre a formação urbana da cidade de São Paulo e como os processos de expulsões da população estão intimamente relacionados a essa história, compreendendo, também, que no contexto contemporâneo essa realidade é exponenciada impactando as condições de vida dos sujeitos coletivos.

No terceiro capítulo, **3 O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA QUE ENFRENTAM REMOÇÕES FORÇADAS**, apresentamos elementos importantes sobre a atuação profissional junto aos movimentos sociais de moradia, potencialidades, limites e desafios no enfrentamento aos processos de remoções forçadas no centro da cidade de São Paulo.

Concluimos com as **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, retomando os principais aspectos abordados na pesquisa e indicando a importância dos resultados construídos nesse processo, observando a possibilidade de contribuir para a produção de conhecimento no Serviço Social e para o diálogo, com estudos que possam ser realizados a partir de temas levantados no âmbito desta dissertação.

Com esta pesquisa pretendemos contribuir com o debate acerca do trabalho de assistentes sociais na assessoria aos movimentos de moradia que ocupam os prédios ociosos na região central da cidade de São Paulo, compreendendo as disputas de projetos antagônicos presentes na questão urbana, com um conjunto de atores que compreendem a cidade somente pelo seu valor financeiro contraposto aos sujeitos coletivos que propõem outras formas de sociabilidade.

1 CIDADES E CONFLITOS URBANOS

Neste capítulo levantaremos aspectos sobre a conformação das cidades, a partir da compreensão de que essa construção está profundamente relacionada às disputas e aos interesses antagônicos das classes sociais.

Discorreremos acerca da centralidade da propriedade privada no modo de produção capitalista e sobre as formas de manutenção desse mecanismo que atravessam a instituição Estado.

Essa análise contribuirá para apreender os impasses da questão da terra em uma realidade nacional marcada pela desigualdade urbana, com expressões na cidade de São Paulo e que impactam diretamente a população trabalhadora.

1.1 CONFLITOS URBANOS: A DISPUTA PELA TERRA

Historicamente o processo de urbanização se constitui por meio da violência. Sem que seja, portanto, uma consequência acidental, mas como um constitutivo do crescimento urbano, tal processo se relaciona à centralidade que a propriedade privada ocupa no capitalismo, como uma das garantias de manutenção da sociedade de classes e da expropriação de parte significativa da população.

Por sua vez, o Estado, que participa na normalização do processo violento de estabelecimento da propriedade privada, regula a disputa pelos espaços. Nesse sentido, a propriedade privada se coloca como impedimento de uma perspectiva ampliada de acesso à cidade, tendo em vista que nas cidades orientadas pelo valor de troca, as relações sociais não são direcionadas para a construção radical da liberdade, plena direção dos rumos e usos do urbano.

A emergência da forma jurídica na constituição do Estado moderno, liberal e burguês, que “não se sustenta apenas na coerção física (força) ou apenas no consentimento (consenso). Ao contrário, funciona com a articulação orgânica desses dois modos de exercício de poder” (PAULA, 2013), levou à utilização dos poderes de polícia e de política para a expulsão da população de terras que tradicionalmente ocupavam em regimes não capitalistas.

A invasão² dos europeus nos territórios que viriam a ser as Américas marcou um processo de expropriação e possibilitou condições para o cercamento de terras no continente. Assim, a terra que antes se colocava como utilização em comum, passou a apresentar status jurídico de propriedade de alguém alheio ao contato direto com esse bem, tornando o proprietário não apenas o detentor de determinado montante de terras, mas também detentor dos lucros eventualmente decorrentes dessa relação.

Desse modo, segmentos significativos da classe trabalhadora sofreram sucessivos processos de expulsão, passando a ocupar prioritariamente regiões sem condições de infraestrutura e habitabilidade adequadas. Tal contexto explicita os conflitos urbanos que produzem as cidades no modo de produção capitalista, por um lado, marcado pela busca de incremento da taxa de lucros e, por outro, pela demonstração dos processos de resistência da população por melhores condições de existência.

Certamente as relações sociais capitalistas buscam intervir sobre outras formas de sociabilidade, porém a dominação não é completa, posto que, o próprio modo de produção apresenta lacunas que possibilitam as formas de confrontação ao modelo hegemônico.

Assim, os sentidos coletivos dos usos urbanos são atacados por propostas individualistas, redutivas e proprietárias, que, nessa conjuntura, acentuam processos de militarização e criminalização das manifestações que ocorrem nas cidades.

Por isso, cabe uma análise radical da produção capitalista do espaço, a fim de propor alternativas anticapitalistas e revolucionárias, que questionem os limites das propostas de gerenciamento da desigualdade social decorrente do capitalismo.

Um dos componentes que contribui para uma aproximação em relação a este debate está no texto de Marx (2017) “Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira”, que, ao abordar o processo de penalização dos camponeses que recolhiam madeira como um item de sobrevivência, demonstra o rompimento de uma ação considerada tradicional para a manutenção da vida da

² Entre as formas de criminalização e estigmatização dos movimentos de moradia, é recorrente denominar as ocupações de prédios e terrenos vazios como ‘invasões’, entretanto temos acordo com a pauta dos movimentos ao compreender essas estratégias de luta como ‘ocupações’. Portanto, neste estudo o termo ‘invasão’ é utilizado ao fazer referência ao processo de apropriação forçada de europeus em relação aos territórios de povos que já habitavam esses espaços.

população que residia em áreas rurais para a sua classificação como ilegais e/ou criminosos.

Nesse sentido, a propriedade se constitui como um dos institutos garantidores da reprodução capitalista, em que resta nítida a atuação do Estado na manutenção dessas relações de apropriação privada de um bem comum.

Marx (2017) valoriza a ideia de direitos consuetudinários dos pobres como forma de enfrentar a criminalização do furto de madeira, ou seja, furto de propriedade do proprietário florestal. Pois o direito tradicionalmente da classe dominante não favorece uma perspectiva de busca por igualdade social, mas a perpetuação da desigualdade em uma sociedade em transformação, passando de relações feudais a relações capitalistas.

Com isso, Marx (2017) propicia a compreensão da posição da instituição Estado na produção de agenciamentos que atribuem aos cidadãos a condição de criminosos, mediante uma proposta de sociedade na qual, embora tanto os proprietários como os despossuídos de propriedade sejam considerados cidadãos, o tratamento desigual a esses cidadãos é uma contradição presente no Estado, sendo que o instituto jurídico e a força contribuem para o tratamento diferenciado das classes sociais por meio da valorização dos proprietários de terras em detrimento da população pauperizada.

Podemos identificar a concentração de terra, renda e poder político como elementos estruturantes da formação sócio-histórica brasileira, por meio de um processo que provocou a busca por alternativas habitacionais precárias por parte dos trabalhadores, sobretudo no período posterior à abolição da escravidão. Houve um crescimento de construções em áreas não regularizadas, movimento que dialoga com a urbanização em um país que se encontra na periferia do capitalismo. Um crescimento desigual e combinado,³ que, longe de ser desordenado, obedeceu aos interesses capitalistas de acréscimos a taxa de lucro.

Dessa forma, cabe aqui demarcar que pensar o *território* é também pensar que não podemos reproduzir em uma única ou isolada escala. Que, nesse processo, há relações desiguais entre os países de capitalismo dependente e países centrais ao capital e que essas relações se reproduzem internamente em países com

³ “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky [...] é uma tentativa de explicar estas ‘modificações’ e, por consequência, de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo” (LÖWY, 1995).

características continentais, como o Brasil. Ou seja, as desigualdades não aparecem apenas nas relações nacionais e internacionais, mas entre os próprios *territórios* (ABREU, 2016, p. 52, grifos da autora).

A análise sobre as históricas condições precárias de moradia no Brasil deve ser realizada pelos profissionais, considerando que esse país é marcado por séculos de escravismo e de alternativas habitacionais elaboradas pela própria população como forma de sobrevivência perante um modelo desigual de sociedade.

Desse modo, os processos decorrentes da Lei de Terras de 1850 e da abolição da escravidão são fundantes das desigualdades sociais e urbanas no país, tendo sido muitas as propostas ditas “sanitárias”, que, na realidade, estavam imbuídas de conteúdo racista e criminalizador das formas encontradas pela população negra para acesso à moradia.

Até meados do século XIX, a terra no Brasil era concedida pela Coroa – as sesmarias – ou simplesmente ocupada. Os municípios tinham o Rocio, terras em que se implantavam as casas e pequenas áreas de produção, sem custo. Assim, a terra ainda não tinha valor comercial, mas essas formas de apropriação já favoreciam a hegemonia de uma classe social privilegiada. A Lei das Terras, de setembro de 1850, transformou-a em mercadoria, nas mãos dos que já detinham “cartas de sesmaria” ou provas de ocupação “pacífica e sem contestação”, e da própria Coroa. [...] Ou seja, pode-se considerar que a Lei de Terras representa a implantação da propriedade privada do solo no Brasil. Para ter terra, a partir de então, era necessário pagar por ela” (FERREIRA, 2005, p. 1).

As áreas irregulares eram tratadas por meio do poder de polícia, sendo que no início do século XX ocorreu uma facilitação da migração de populações de países europeus a fim de compor a força de trabalho no Brasil, outro fator que demonstra as medidas eugenistas da classe burguesa nacional. “Os imigrantes [...] serviram de fato como mão-de-obra nos grandes latifúndios, substituindo a mão-de-obra escrava. Pois o processo político de aprovação da Lei das Terras tem muito a ver com o fim do tráfico de escravos” (FERREIRA, 2005, p. 2).

Todo esse período marcado por investidas da classe hegemonicamente dominante, foi respondido por movimentos sociais e pela população em contraponto aos interesses meramente lucrativos.

Logo, observamos a importância de pensar o território como construção dos sujeitos sociais, sustentando que tal conceito é carregado de significados

elaborados pelos mesmos sujeitos que o reivindicam como espaço de moradia e de vida, o que se contrapõe à ideia de um espaço alheio às ações da sociedade e fortalece a articulação entre as relações humanas e o meio em que vivem.

Esse processo deve ser visto ainda como parte da luta de classes, mediante a redução do espaço de organização coletiva pela via do trabalho, tendo por base a experiência da indústria fordista. Na atualidade, há um deslocamento da força de trabalho para os outros setores de serviços formais e informais. Com a fragmentação dos espaços organizativos e o enfraquecimento dos sindicatos no cenário das lutas dos trabalhadores, o *território* pode vir a representar um potencial lócus de aglutinação e mobilização dos sujeitos. Se esta é uma possibilidade verdadeira, passa também a absorver parte dos tensionamentos e contradições mais evidentes na relação capital *versus* trabalho. Portanto, essa temática se encontra em pleno movimento da luta de classes (ABREU, 2016, p. 41).

O trabalho social foi constituído em sua gênese por interesses conservadores que buscavam uma postura fiscalizadora, controladora e disciplinadora das populações que moravam nas margens das cidades. Entretanto, os profissionais construíram formas de diálogo com a população e buscaram maneiras de se contrapor ao trabalho realizado a esses interesses, por meio da organização popular e do fortalecimento dos interesses da população, com vistas a ampliar o direito à cidade.

Uma contribuição importante para o entendimento do trabalho social está associada à compreensão do modo como a população elabora estratégias de sobrevivência e de como é necessário pensar horizontalmente as relações entre assistentes sociais e usuários no cotidiano de trabalho, evitando o distanciamento e fortalecendo a perspectiva de que constituímos a classe trabalhadora, pois, quando se analisa a vida das chamadas “pessoas simples”, quais seriam as diferenças fundantes entre os profissionais e a população que utiliza os serviços sociais?

O distanciamento das pessoas em relação aos fundamentos da produção e reprodução de suas relações sociais foi um dos primeiros processos espoliativos, o que impõe o fomento à organização e luta populares para romper com a alienação capitalista, uma vez que as categorias alienação e propriedade privada se forjam justamente no distanciamento dos seres humanos em relação aos meios e frutos do trabalho, atingindo até mesmo sua própria constituição enquanto ser humano,

“cujo aviltamento se expressa na alienação, que tem suas raízes especialmente na propriedade privada” (NETTO, 2012, p. 15).

Ao analisar detidamente o processo de alienação do ponto de vista dos trabalhadores, Marx (2012) faz alguns questionamentos acerca de quem seria o proprietário do trabalho realizado pelos operários:

Se o produto do trabalho me é estranho, me enfrenta como poder estranho, a quem pertence ele então?
Se a minha própria atividade não me pertence, é uma atividade estranha, forçada, a quem pertence ela então?
A um outro ser que não sou eu.
Quem é este ser? (MARX, 2012, p. 102.)

Respondendo a tais indagações, o autor afirma que o trabalho exercido pelos operários é apropriado por outras pessoas que não os operários, ou seja, essa outra classe é formada pelos capitalistas, que vivem da exploração do trabalho alheio, “a propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho desapossado, da relação exterior do operário com a Natureza e consigo próprio” (MARX, 2012, p. 104). Dessa relação apreendemos que a propriedade privada deriva do trabalho alienado, provocando diversos impasses no reconhecimento dos seres humanos em sua universalidade.

Por isso, é necessário um olhar que abarque os processos sociais em sua interseccionalidade, pois os sujeitos estão imersos em desigualdades que os afetam de formas particulares e universais. A questão das mulheres nas cidades nos provoca a pensar o que foi construído socialmente como o lugar de mulheres e homens no que se refere à dicotomia entre espaços públicos e privados. No mesmo sentido, cabe também o reconhecimento a respeito da questão racial como estruturante das relações na cidade, tendo em vista o processo escravista e seus inúmeros efeitos para a constituição das cidades no Brasil e os processos espoliativos e de resistências da população negra.

Quando analisamos a formação sócio-histórica do país, observamos que se configura uma divisão racial do espaço, pois o modelo escravocrata de sociedade tem reflexos que permanecem até a contemporaneidade, embora metamorfoseados, na organização social e espacial das cidades brasileiras.

Além disso, há disputas em torno de distintos projetos de cidade, em que, por um lado os agentes do mercado imobiliário e financeiro buscam a máxima

extração de lucros e, em outro campo, os trabalhadores resistem a esses processos e constroem outras formas de vida no urbano.

A insegurança na posse de uma parcela significativa da população provoca um movimento de transitoriedade permanente (VIEIRA; ÁGATA, 2020), em que os trabalhadores são pressionados a se deslocar sucessivamente dos locais onde fixam moradia, tendo em vista o status jurídico da terra que ocupam.

[...] A análise de Raquel Rolnik (2019) sobre os circuitos globais de financeirização aponta para as formas de extrativismo que capturam territórios habitados, gerando uma condição nova e permanente de ocupação colonial, impondo um estado de transitoriedade permanente para corpos específicos e, muitas vezes, racializados (ROY; ROLNIK, 2020, p. 19).

Um dos processos que explicita a expulsão das pessoas é a gentrificação, em que melhorias urbanas são implantadas e a população que originalmente habita determinado local passa a não ser o público prioritário de permanência, pois a centralidade dos espaços é direcionada para uma população de maior renda, tendo em vista que a região passa por uma valorização imobiliária. A fim de justificar essas arbitrariedades, os discursos dos representantes da burguesia mobilizam termos como “revitalização”, “requalificação”, “reestruturação”, “modernização”, porém são processos que buscam esconder os reais interesses dessa elite e os impactos gerados para a população local.

Para apreender a realidade social nas cidades é necessário alocar a análise no debate sobre a produção capitalista do espaço e os conflitos pela terra e pela vida daí decorrentes. O modo de produção hegemônico delinea a constituição e as transformações das cidades, a partir do confronto entre os trabalhadores e os capitalistas, classes com interesses antagônicos para satisfação de suas necessidades.

A situação de transitoriedade permanente também é respondida pelos movimentos sociais e pela população por meio de reivindicações acerca do direito à permanência e à cidade de forma mais ampla, em que são inventadas formas de resistências à realidade que precariza as condições de vida.

Se a transitoriedade permanente é uma característica chave da atual desigualdade e precariedade habitacional, também o é a insurgência permanente. Ao focarmos a justiça habitacional, e não

a crise habitacional, nossa intenção é enfatizar a resignificação do espaço e da sociedade por movimentos sociais que lutam contra a despossessão e o deslocamento forçado. Essas lutas, muitas vezes, envolvem não apenas a construção de teias e enlaces que permitam às pessoas afetadas permanecer, negociando com atores envolvidos nessas disputas e procurando tecer alianças, mas também a recuperação de histórias perdidas e a articulação de imaginários de libertação. Como já apontamos, o direito de permanecer está intimamente ligado ao direito de lembrar. Mas o direito de lembrar é um terreno em disputa que suscita questões difíceis sobre memória coletiva (ROY; ROLNIK, 2020, p. 24-5).

A terra é algo indispensável para a sobrevivência humana e para o processo de acumulação de capital, logo torna-se um espaço de disputas de valores pelas classes, em que a propriedade privada é disseminada como a única forma de ocupação e pertencimento sobre determinado local. Por isso, os conflitos pela terra urbana passam pela forma da propriedade privada, estabelecendo uma relação mercantil pelo espaço de vida.

A força de trabalho necessita de espaço para viver. A terra é, portanto, uma condição de vida para a força de trabalho, da mesma maneira que é uma condição de produção para o capital. O sistema de propriedade privada que exclui o trabalho da terra como condição de produção também serve para excluir o trabalho da terra como condição de vida. Nas palavras de Marx, "... o poder monstruoso dirigido pela propriedade fundiária, quando unido de mãos dadas ao capital industrial, capacita-a para ser usada contra trabalhadores engajados em sua luta salarial, com um mecanismo de praticamente expulsá-los da terra como um local de moradia". Além do espaço enquanto condição básica de vida, estamos preocupados aqui com a habitação, o transporte (ao trabalho e aos equipamentos urbanos), o lazer, os equipamentos e todo um conjunto de recursos que contribui para a totalidade do ambiente de vida do trabalhador. Alguns desses elementos podem ser privadamente apropriados (habitação é o mais importante), enquanto outros precisam ser utilizados em comum (passeios) e, em alguns casos, como no de sistemas de transportes, devem ser até mesmo usados conjuntamente com o capital (HARVEY, 1982, p. 8-9).

Como o espaço é fundamental para a sobrevivência dos trabalhadores e para o capital, se estabelece uma série de conflitos em torno desses espaços, em que os trabalhadores buscam constantemente se contrapor aos interesses meramente capitalistas pela terra urbana, como modo de afirmar suas formas de sobrevivência. Por outro lado, os interesses capitalistas buscam a valorização desses locais para sustentação do modo de produção, direcionado pela extração dos lucros em

detrimento das condições de vida da classe trabalhadora. Entretanto, para a manutenção do modo de produção é necessária a força de trabalho, logo, os trabalhadores são expulsos de locais valorizados, porém há, por parte dos capitalistas, a necessidade de compra da força de trabalho, em um processo que requisita aos trabalhadores as suas atividades para ampliação dos lucros.

Como afirma Maricato (2015, p. 23), “os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço urbano agem em função do seu valor de troca”, pois enquanto o valor de troca rege os interesses capitalistas na produção do espaço, os trabalhadores se aproximam do valor de uso. Todavia, essa relação é permeada por mediações e os valores de uso e de troca não se distinguem completamente na realidade social.

As disputas pela terra, especificamente pela terra urbana, refletem as contradições do modo de produção capitalista, em que os detentores dos meios de produção tendem a buscar incessantemente a extração de lucros, enquanto os trabalhadores resistem a essas investidas, por meio de ações espontâneas ou organizadas em coletividade.

Ademais, no contexto de ampliação da espoliação urbana⁴ com a financeirização do capital, as terras passaram a ser vistas como ativos financeiros (que, como tal, devem ser valorizados) e não como um bem comum. Nessa equação a população mais pauperizada não está presente, uma vez que são considerados “obstáculos” a serem removidos por meio da uma valorização de determinados locais. “Mas ainda resta um obstáculo a ser removido: os pobres que se apresentam sob a forma de moradores dos cortiços, moradores de favelas, dependentes de droga, moradores de rua, vendedores ambulantes...” (MARICATO, 2015, p. 60).

Assim, a disputa pela terra urbana e pelo ambiente construído comporta o

⁴ “Nesse instante interpretativo, dizia-se que os “problemas urbanos” deviam ser analisados associados à “dinâmica de acumulação de capital”, pois é ela que gera, em última instância, a configuração espacial de uma cidade e os diferentes graus de inclusão-exclusão em termos de acesso aos benefícios. Em outras palavras, o conflito social (de classes) espelha-se no tecido urbano gestando contínuos e variados processos de produção e apropriação dos espaços construídos. Sua expressão mais visível reside na segregação socioeconômica e espacial imperante nas áreas desigualmente providas de bens e serviços: constatava-se que, ao valorizar certas áreas, as populações pobres que não podem pagar o assim chamado “preço do progresso”, são delas expulsas, e, desta forma, novas zonas periféricas destituídas de benfeitorias básicas são constantemente produzidas, aumentando a espoliação urbana, o caos urbano e os custos de urbanização” (KOWARICK, 2009, p. 99).

[...] papel, cada vez mais importante, do Estado na produção do espaço urbano. É dele o controle do fundo público para investimentos, e cabe a ele, sob a forma de poder local, a regulamentação e o controle sobre o uso e a ocupação do solo. [...] É, portanto, o principal intermediador na distribuição de lucros, juros, rendas e salários (direto e indireto) (MARICATO, 2015, p. 25).

No entanto, o Estado não se configura como um ente neutro regulador da vida em sociedade, como algumas perspectivas teóricas apontam, pelo contrário, o Estado é uma instituição que reproduz interesses de classe e que, na sociedade capitalista, privilegia os interesses da classe dominante em detrimento dos trabalhadores. “Quando o capital intervém em lutas sobre o meio construído, em geral o faz através da intermediação do poder do Estado” (HARVEY, 1982, p. 12).

Outro fator a considerar é a gramática da construção de inimigos internos, conformando formas de criminalização da pobreza e mistificação dos fundamentos da desigualdade social, uma abordagem que desencadeia o tratamento de expressões da questão social por uma visão belicista e de combate a ameaças à ordem estabelecida.

Tais conflitos pela terra urbana possuem uma raiz histórica que remete à formação social brasileira, marcada por desigualdade social e política, privatização constante da esfera pública e predomínio das relações mediadas pelo poder do patrimônio.

A terra urbana (assim como a terra rural) ocupa um lugar central nessa sociedade. O poder social, econômico e político sempre esteve associado à detenção de patrimônio, seja sob a forma de escravos (até 1850), seja sob a forma de terras ou imóveis (de 1850 em diante). Essa marca – patrimonialismo – se refere também à privatização do aparelho de Estado, tratado como coisa pessoal. O patrimonialismo está ligado à desigualdade social histórica, notável e persistente, que marca cada poro da vida no Brasil [...] por outro lado, estão ligadas ao processo de exportação da riqueza excedente para os países centrais do capitalismo (MARICATO, 2015, p. 27).

Os processos de expulsão da população passam a ser recorrentes, desconsiderando uma leitura anterior da conformação das cidades no país e das desigualdades estruturais de uma sociabilidade opressiva, essas ações reproduzem os interesses capitalistas pela cidade e violam condições de existência de parcela significativa da população.

Com isso, as cidades se configuram como campo de lutas sociais pelo direcionamento da produção e ocupação dos espaços, mediados, entre outras esferas, pela propriedade privada e pelas ferramentas que garantem a propriedade em detrimento da vida.

Entretanto, esses processos não são unilaterais, as populações constroem diversos mecanismos de resistência perante as investidas capitalistas pela terra urbana, disputando elementos que constituem o “direito à cidade”, questionando os processos de decisão pelos rumos no ambiente urbano.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS REMOÇÕES FORÇADAS NA CIDADE DE SÃO PAULO

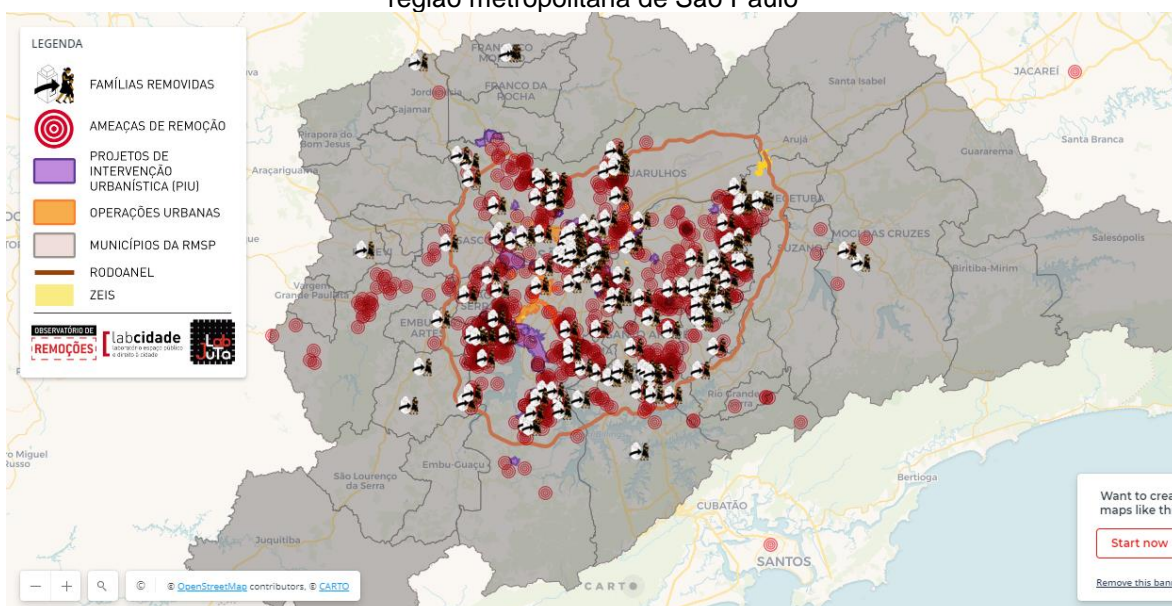
É importante evidenciar que o acesso e a construção de dados referentes aos processos de remoções de famílias é um dos obstáculos para o enfrentamento dessa realidade. Nesse sentido algumas propostas como o Observatório de Remoções⁵ contribuem para dimensionar o processo expressivo de expulsões. É possível identificar, de fato, uma ameaça constante a uma parcela significativa da população quanto à moradia, uma realidade que passa a ser descortinada pelos movimentos de resistência aos processos de remoções.

São considerados no mapeamento realizado pelo Observatório de Remoções os casos de despossessão que implicam no deslocamento forçado de grupos de famílias ou comunidades, isto é, remoções ou ameaças de remoção coletivas. Os processos de expropriação coletiva incidem usualmente sobre territórios em condições semelhantes, onde famílias – geralmente de baixa renda – compartilham a posse do terreno ou edifício sem que exista a propriedade legal da área pelos ocupantes, em um quadro no qual a ameaça de remoção por ação pública ou privada gera insegurança habitacional sobre a posse da moradia. A ocupação coletiva pelos moradores ocorre normalmente em áreas anteriormente vazias, onde não se cumpria a função social da propriedade, e a remoção por vezes acontece sem que as famílias removidas tenham atendimento habitacional adequado. Os processos de deslocamento forçados individuais englobam motivações e situações diversas em que não necessariamente aparecem questões semelhantes às encontradas nos processos coletivos, logo, não são considerados no mapeamento de remoções do OR (MARINO; MENDONÇA; ALHO; SÁ; CASTRO, 2020, p. 31).

⁵ O Observatório é um projeto coordenado pelo Labcidade (FAU/USP) em conjunto com Labjuta (UFABC) e Observatório de Conflitos Fundiários (Unifesp), que busca reunir e analisar as informações referentes às remoções e confrontar os discursos que pretendem minimizar ou esconder essas violações.

Segundo as informações disponibilizadas pelo site eletrônico do Observatório de Remoções, foram realizadas 1153 denúncias até janeiro de 2022, majoritariamente na Região Metropolitana de São Paulo. Entre janeiro de 2017 e novembro de 2022 foram removidas 40.756 famílias e 225.301 permanecem em situação de ameaça de remoção considerando esta mesma RMSP. Como é possível identificar no mapa abaixo, as denúncias de ameaças de remoções e famílias removidas estão concentradas na cidade de São Paulo.

Figura 1 – Mapeamento Colaborativo do Observatório de Remoções: região metropolitana de São Paulo



Fonte: Observatório de Remoções, 2022

Dentre este quantitativo de denúncias, 91 ocorrências estão localizadas na região central da cidade de São Paulo. Além disso, é possível identificar que os Projetos de Intervenção Urbanística (PIU) e Operações Urbanas estão fortemente vinculados aos territórios de maior incidência de ameaças às famílias, enquanto o número de áreas reconhecidas como ZEIS são secundarizados, demonstrando que há uma série de atores empenhados na expulsão das famílias de baixa renda desses espaços, embora haja disputas e formas de organização para resistir a essa dinâmica.

Nesse sentido, cabe analisar os aspectos que conformam a população que vive em constante situação de insegurança habitacional e ameaça de remoção, pois, atravessada pela questão de gênero e raça em um país construído sobre as bases dessas opressões, trata-se em geral de mulheres e da população negra, as mais afetadas pela dinâmica dos conflitos fundiários.

Processos de remoção não se encerram na perda da moradia, tampouco são casos episódicos, acontecimentos de um único dia. Ao contrário, trata-se de processos violentos, demorados, que envolvem mudanças de vida nos mais amplos espectros – trabalho, educação, família, redes afetivas e de suporte que são desfeitas, ou seja, toda estrutura de reprodução da vida precisa ser reorganizada diante da remoção (LACERDA; HARKOT; SANTORO; ALHO; BRITO, 2020, p. 161).

A perspectiva única de tratamento dos conflitos fundiários pelo viés da manutenção do título de propriedade desencadeia diversas violações, desconsidera a história de formação socioespacial do país, marcada pela concentração de terras para uma parcela mínima da população enquanto a maior parte das pessoas precisa buscar formas alternativas de moradia, muitas vezes em condições de precariedade e com a ameaça constante de deslocamento, tendo em vista a dinâmica do mercado imobiliário e as ações estatais.

A intervenção jurisdicional, entretanto, parece ignorar todo o percurso de constituição das manifestações socioespaciais e dos respectivos conflitos subjacentes, fixando-se na verificação formal dos títulos de propriedade e zelando quase exclusivamente pela segurança patrimonial dos proprietários. Na tradução dos conflitos à narrativa processual, abstraem-se as peculiaridades das coletividades ocupantes, do espaço ocupado, da forma de ocupação e, em muitos casos, da própria validade ou legitimidade do título de propriedade reivindicado. Essa trama de elementos cede lugar à caracterização do “invasor”, figura que se constrói desde “fora do Direito” e que, uma vez reconhecida, autoriza a intervenção jurisdicional para a extinção do conflito por meio dos despejos coletivos forçados (MILANO, 2016, p. 18).

Disso decorrem alguns questionamentos acerca da condição de ilegalidade urbana, o que seria entendido como ilegalidade? Quem define o que é legal ou ilegal? Como esses instrumentos jurídicos que regulam a propriedade privada se relacionam à desigualdade social? A partir do entendimento de que esses processos são mediados pelo Estado e que ele reproduz interesses de classe, como

as definições de legalidade e ilegalidade são construídas a partir desse entendimento? Assim, “A ocupação ilegal de terra e edifícios parece estabelecer ou fundamentar a generalização da ilegalidade nas relações sociais” (MARICATO, 2015, p. 86)

Os interesses contraditórios são exponenciados, demonstrando uma inversão de sentidos, “o direito à moradia é absoluto em nossa Constituição. O direito à propriedade privada não é absoluto. Mas como as leis são aplicadas? Como se o direito à propriedade privada fosse absoluto e o direito à moradia fosse relativo” (MARICATO, 2015, p. 109).

A autora fortalece a perspectiva de que os avanços sociais apresentam maior potencialidade quando mobilizados de forma exterior à institucionalidade, visto que “o direito à cidade, entretanto, será dado menos por instituições formais, normas legais de política urbana ou de planejamento urbano, e mais pelas lutas sociais” (MARICATO, 2015, p. 97).

Nessa realidade demarcada pelas condições capitalistas de produção, ao simples ato de ocupar um espaço na cidade, é necessário realizar a mediação pelo mercado. A possibilidade primeira de “estar” é mediada pelo dinheiro e, diante disso, como dialogar com a realidade da população trabalhadora que não possui rendimentos suficientes para arcar com esses valores?

Em última análise, a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano. Esta parte da população acaba morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos da propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos, etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc... Quando os direitos da propriedade privada se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo (SINGER, 1982, p. 33-4).

Dessa forma, os mecanismos de resistência também se apresentam quando os moradores se estabelecem em áreas irregulares, decorrentes de um processo

de expulsão da população, por meio da elevação dos preços de determinada área. Assim, a propriedade privada se expressa como entrave para a ocupação do solo urbano, principalmente para a classe trabalhadora.

As favelas, estigmatizadas pelo seu “desafio” à propriedade privada – pilar da organização territorial é própria da sociedade capitalista -, sofrem de constante repressão, material e ideológica, onde se juntam o poder público e grande imprensa a denunciar esta forma irregular de habitação. Na realidade, paralelamente à ocupação ilegal dos terrenos urbanos, as favelas são um obstáculo à atuação da especulação imobiliária, uma vez que ocupam, muitas vezes, terrenos situados em áreas bastante valorizadas. A evidência de que o poder público estava realmente empenhado em erradicar as favelas, não para melhorar as condições de habitação de seus moradores, mas para atender aos interesses da especulação, é o “Plano de Remoção das Favelas”, executado no Rio de Janeiro. Esta operação, de grande envergadura e onerosa, visava abrir o caminho à especulação, contrapondo-se inteiramente à urbanização das favelas, solução que melhoraria as condições de seus moradores, sem retirá-los das privilegiadas localizações onde há anos se instalaram (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p. 151-2).

Sob tal lógica, as ocupações em áreas irregulares apresentam-se como impasse às ações de especulação imobiliária, o que contribui para compreensão dos interesses e consequências dos processos de regularização fundiária e titulação de terrenos para o mercado imobiliário.

A titulação da propriedade privada por meio de ações de regularização fundiária, designa um movimento contraditório, ao passo que pode tanto significar uma condição de certa segurança para famílias que convivem com a insegurança constante, como também pode representar uma saída no interior do modo de produção capitalista, em que a propriedade possui centralidade, pois em muitas ocasiões não há o questionamento quanto à propriedade privada como produtora da desigualdade social.

O exemplo, por excelência, nesse sentido, pode ser identificado com a conversão de todas as experiências de pertencimento e uso do território à lógica e instituição proprietária. A propriedade privada imobiliária, individual e com origem registral, coloca-se como única saída para a formalização de territorialidades e mesmo para garantia do direito de morar e ocupar o espaço. Tanto o é, que as políticas fundiárias mais significativas, articuladas pelas agências governamentais e internacionais, direcionam-se no sentido de viabilizar a regularização fundiária para “correção” das irregularidades jurídicas e sua inclusão ao padrão regulatório da

propriedade privada. Estabelece-se, inclusive, como pontua Rolnik, um discurso hegemônico de que a titulação da terra, pela via proprietária, é o caminho necessário para a redução da pobreza e o crescimento econômico (MILANO, 2016, p. 41-2).

O suposto tratamento em igualdade de condições na esfera jurídica é desvelado quando a propriedade está em disputa, com olhar para a persistência da propriedade privada mesmo em situações que violam as condições de vida, como são as remoções e os deslocamentos forçados. A população não proprietária é visualizada sob a ótica da informalidade, da “invasão” e, nesse momento, as ações parecem desconsiderar que os não proprietários são “cidadãos”, o que leva a questionar quem, de fato, são os “cidadãos” para o Estado, uma vez que a população historicamente distanciada das condições de acesso aos frutos da riqueza socialmente produzida é novamente prejudicada, aproximando-se da condição de “não cidadãos”, o próprio Estado age na destituição de pessoas pertencentes a esta esfera.

Desse modo, a lógica de produção de inimigos, relega a população que não está contemplada como proprietária ao lugar de ameaça à ordem instituída, sendo dificultada sua compreensão enquanto sujeitos sociais.

Mais do que a exclusão físico-espacial, a restrição do acesso à propriedade da terra acarretou consequências relevantes para a conformação das fronteiras da cidadania no Brasil. O contingente de pessoas que não conseguiram acessar o direito de morar e de se estabelecer na terra formalmente (pela compra e venda no mercado) passaram a compor o mosaico da informalidade e da ilegalidade sob o qual se estrutura a malha fundiária brasileira. E, com isso, foram conseqüentemente alienados "da lei genérica, reduzindo seu acesso aos direitos e à justiça, minando-a como instituição de e para a cidadania, transformando-a em algo a ser aplicado aos "inimigos" (MILANO, 2016, p. 51).

Com isso, observa-se a convergência com posturas higienistas e gentrificadoras que obedecem a um pensamento racializado e elitista acerca da organização nas cidades, principalmente em locais de maior interesse para a classe dominante, os centros das cidades, com polos comerciais e maior concentração de espaços de trabalho.

As paisagens urbanas que revelam as condições de pobreza são constantemente atacadas, tendo em vista o crescente conjunto de pensamento e

ações de oferta das cidades aos investidores privados e internacionais, pois, segundo esta linha de raciocínio a cidade como produto não deve ser associada a espaços de pobreza, e sim aos polos tecnológicos, imobiliários, bancários e das múltiplas formas do capital. Todavia, tal perspectiva que desconsidera os reais fundamentos da desigualdade socioespacial, uma vez que as paisagens, não são como fotografias apartadas da realidade, mas são territórios construídos pelos sujeitos. Portanto, quando se propõe um “embelezamento” urbano, trata-se de uma expulsão da população trabalhadora de determinados locais, já que sua permanência não seria favorável à venda da cidade, em uma perspectiva de privatização em contraponto a uma concepção pública de cidade.

Alguns fatores configuram a situação de dificuldade de acesso à habitação, entre eles podemos apontar a desigualdade histórica no acesso aos bens produzidos socialmente no país, os altos valores dos imóveis e terrenos em contraste com os baixos salários, a dificuldade dos programas habitacionais para atender a população de baixa renda, a financeirização das cidades, o alargamento dos interesses do mercado imobiliário, o endividamento da classe trabalhadora por meio das propostas de viabilização de créditos e os financiamentos com altas taxas de juros.

Mediante a desigualdade social, a população trabalhadora e o conjunto que convive com as maiores condições de precariedade tem como única alternativa a ocupação de espaços entendidos como irregulares, com péssimas condições de moradia e acesso à infraestrutura urbana.

A retirada da população dos cortiços das regiões centrais, todavia, seja por meio da demolição das edificações ou da elevação dos preços dos aluguéis produziu efeito distinto do esperado pela administração e planejadores. No Rio de Janeiro do início do século XX, quando morar nos cortiços centrais passou a ser inviável, a solução encontrada deu-se justamente na ocupação dos morros lindeiros e na construção de barracos, inclusive com a reutilização dos materiais descartados durante as demolições. Nessa combinação entre necessidade e criatividade, surgiram as primeiras favelas que se tornariam marco por excelência dos espaços informais de moradia até os dias atuais (MILANO, 2016, p. 55).

As ações de reintegração de posse mediadas e autorizadas pelo poder público enfatizam os interesses que prevalecem em situações de disputas fundiárias, as famílias que ocupam os terrenos como alternativa de moradia são

novamente expulsas e encaminhadas a serviços de atendimento por um período provisório e posteriormente retornam à mesma condição de não acesso à moradia, ou até mesmo a situações de maior precariedade, considerando que houve um custo para a construção das casas que são removidas, em muitos casos as famílias não possuem condições para realizar uma nova construção ou para o pagamento de aluguéis.

Sua ação, no entanto, foi respondida de forma violenta. Em vários momentos, as duas mulheres, ambas de pele preta, ouviram injúrias raciais violentas, vindas de policiais e funcionários da empresa responsável pelos caminhões de mudança. Em determinada altura, um dos motoristas vinha em direção a elas de forma tão agressiva que foi rapidamente afastado pelos policiais. Sônia disse que, naquele dia, iria “deixar o evangelho de lado” e dar uma “coça” no homem que a insultava. Ao fim daqueles dois dias, foram as redes mantidas pelas duas mulheres que lhes garantiram uma alternativa, mesmo que provisória: Sônia foi para a casa de parentes, enquanto suas coisas ficaram guardadas na garagem do pastor de sua igreja. Vilma, por sua vez, compôs o grupo que organizou outra ocupação, próxima dali, dando sequência à disputa pela terra, que tem caracterizado essa porção da cidade (LACERDA; HARKOT; SANTORO; ALHO; BRITO, 2020, p. 169).

Em situações de remoção há algumas garantias mínimas para a população afetada, como a participação no processo de busca por alternativas quanto à questão habitacional, um período adequado para a saída, acesso a informações, assessoria de órgãos públicos ou de instituições populares, identificação das famílias, não realização de despejos à noite e em más condições climáticas.

Nesse sentido, as distinções entre a lógica de proteção aos direitos coletivos e o direito individual à propriedade ficam nebulosas, pois ao mesmo tempo em que há a construção histórica de atribuição de proteção da população pelo Estado, é perceptível a direção do Estado na resolução desses conflitos, nos quais a propriedade privada, mesmo sem o cumprimento de sua função social, é sobreposta ao direito social de moradia para a população. Como demonstrado na seguinte fala de uma juíza que autorizou a remoção de famílias de uma determinada área,

A operação me surpreendeu positivamente. A atuação da polícia. Eu tinha essa expectativa, mas nós tínhamos um pouco de receio porque as lideranças motivavam, incentivavam uma revolta, uma reação, uma carnificina como foi anunciado, um banho de sangue. Queriam colocar crianças e mulheres envolvidas nessa operação,

na frente de combate. Então eu tinha muito receio, a esse respeito. A Polícia Militar se preparou, se planejou, durante mais de quatro meses com muita competência e exerceu e desempenhou um serviço admirável que é motivo de orgulho pra todos nós. [...] [A decisão] Foi muito pensada, foi muito refletida e foi muito difícil. Mas ao juiz cabe decidir e chega uma hora que se não há uma outra solução, uma outra negociação, e nem acordo entre as partes, porque aí eu também já não falaria mais nada – as partes acordaram, perfeito. Como eu quis, como se tentou e como fizemos reunião para isso, né? Mas não houve. E diante desta situação, e também sem nenhuma proposta efetiva do governo desapropriar a área. Era uma área particular e eu não podia dizer que o particular tem que fazer as vezes do poder público e providenciar moradia para diminuir o déficit habitacional. Até onde eu pude eu tentei a negociação sem ter esse poder de ingerência, mas só de argumentação. E eu agradeço a Deus por não ter tido nenhuma baixa, isso me tranquilizou muito (JORNAL O VALE, 2016 *apud* MILANO, 2016, p. 124).

Na suposta condição de “invasor” as famílias não são entendidas pela via da proteção legal. Como revela o trecho citado, pretende-se separar o aspecto jurídico e o sócio-político, não os compreendendo de forma integrada e simplificando a fórmula para que seja possível uma saída superficial, visto que não há um questionamento acerca da construção das normas, principalmente em uma sociedade capitalista que preza pela desigualdade social.

Não há qualquer hipérbole ou metáfora na comparação entre o ocorrido e operações articuladas com a finalidade bélica. O próprio quadro discursivo do Poder Judiciário, personificado no relato da juíza do caso, dá conta de imagens como “operação”; “carnificina”; “frente de combate” e ausência de “baixas” que não se adequam a outra grade interpretativa que não a da guerra. “Nós” e “eles” em um campo de suspensão das garantias – processuais e materiais – nucleares ao Estado Democrático de Direito, em nome do sucesso tático de eliminação do Inimigo (MILANO, 2016, p. 124).

Relações são construídas em torno da preponderância da propriedade privada e em muitas ocasiões não se discute a trajetória das famílias que realizam as ocupações, as suas vidas não são consideradas, sendo a terra cercada o que tem valor no argumento que justifica os processos contínuos de remoções.

Sem um olhar para o descumprimento da função social da propriedade, a visão punitiva recai sobre as famílias que utilizam esses espaços como forma de moradia, sujeitos que disputam a garantia do direito constitucional à moradia.

Porém, para o pensamento conservador, a condição de não proprietário e de afastamento da riqueza socialmente produzida não deve ser utilizada como argumento em situações de conflitos fundiários. Entretanto, o que não percebem, ou preferem não perceber, é justamente que essa situação provoca, em grande medida, tais conflitos. Busca-se uma forma de normalização da desigualdade social e de uma suposta ordem social via instrumentos jurídicos, visando o arrefecimento da luta dos trabalhadores por outras formas de sociabilidade no urbano.

Dessa forma, são mobilizados não somente o distanciamento em relação à população que ocupa terrenos como forma de sobrevivência, como a sua estigmatização e, no limite, a alocação na via punitiva, uma sequência supostamente lógica segundo um pensamento que não compreende as disputas históricas em torno do espaço, entre as classes trabalhadora e a burguesia.

Na esfera da política pública, os artigos 182 e 183 referentes à política urbana na Constituição Federal (CF) de 1988 e sua sistematização no Estatuto das Cidades são importantes marcos legislativos, porém a sua efetiva implementação e direcionamento para aos interesses da população é atravessada pelos interesses da esfera do mercado em valorar os espaços e não viabilizar condições de existência para a população.

Nesse sentido, foi possível desenvolver um conjunto de fundamentos no decorrer deste capítulo que alargaram as possibilidades de reflexão sobre as formas como os conflitos sociais são expressos nas cidades regidas pelos interesses capitalistas, reconhecendo que o *status* atribuído à propriedade privada de alguns tem prevalecido em relação aos direitos sociais da coletividade.

2 PROCESSOS DE REMOÇÕES FORÇADAS: REBATIMENTOS NA POPULAÇÃO E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA

No capítulo anterior foi possível identificar que as relações de classe estão profundamente relacionadas à questão dos conflitos sociais, e que estes elementos conformam as cidades. Dessa maneira, abordaremos os impactos decorrentes dos processos de expulsões para a população que é afetada diretamente por essas violações e como os movimentos sociais de moradia enfrentam esse contexto por meio da organização social e política.

Como forma de aproximação dessa realidade, realizaremos apontamentos sobre a constituição da cidade de São Paulo e como tais processos se apresentam na contemporaneidade. O enfoque deste capítulo será sobre os movimentos sociais de moradia do centro da cidade de São Paulo, considerando que este é um território permeado de disputas que permite a construção de análises para a apreensão de fatores importantes sobre a temática do presente estudo.

2.1 APONTAMENTOS ACERCA DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA CIDADE DE SÃO PAULO

Partiremos do posicionamento de que a escravidão foi um dos principais elementos na formação da cidade de São Paulo, marcada até o século XIX pela exportação de bens relacionados ao setor primário da economia. A população escravizada foi a principal produtora de riquezas nos primeiros séculos do território que veio a ser nomeado Brasil, e este fato não se difere na capital paulista, entretanto houve uma série de obstáculos na apropriação desses bens, tendo em vista que a população que obtinha os lucros por meio da exploração era branca e europeia. Um dos fatores centrais que expressam essa desigualdade é a forma como as terras foram divididas entre os agentes da classe hegemonicamente dominante.

Então, a história da propriedade privada no Brasil, ela tem uma marca, vamos dizer assim, muito forte no modelo de colonização no Brasil. A gente pode dizer, a forma como foram também distribuídas as terras devolutas, as terras da Coroa no Brasil, da Coroa portuguesa, como foi feito todo o processo de ocupação do território brasileiro, essa forma de acumulação da terra, como esse processo foi se dando ao longo dos anos no período da escravidão. Também depois as legislações que foram feitas, desde a primeira sistematização, pelo menos de legislação de terras, em 1850, de organizar a própria exclusão do povo negro da

garantia do acesso à terra, então todo esse processo de acumulação se deu, na verdade, sob uma pilhagem⁶ da terra no Brasil, foi uma verdadeira pilhagem dos europeus e também o próprio modelo, o modo de produção escravista brasileiro, associado também a um processo de violência contra os povos originários. Então é um modelo violento, predatório, de negação do acesso à terra para os mais pobres, associado a um componente racial extremamente predatório e violento, considerando que, além da violência, a gente pode dizer também que esse processo também está associado a uma ganância do branco europeu e a um processo de roubo e pilhagem da terra, por isso que eu acho hoje, esses ditos proprietários privados, latifundiários, que batem no peito, falam que são donos da terra, a gente precisava fazer uma escala de domínio. Se a gente pudesse voltar, retroagir no passado, para ver como esses caras adquiriram terra nesse país, então foi na base do roubo da terra, a própria demarcação, como se deu o processo do registro dos cartórios, da grilagem, então a gente vai vendo assim que a gente precisava recontar essa história e remontar novamente a partir dos interesses dos mais pobres, se a gente quisesse garantir que as pessoas tivessem algum tipo de direito nesse país, porque a escravidão, o processo de colonização no Brasil, e a pilhagem sobre a terra foi a marca histórica da forma da condição da propriedade no Brasil e isso tem 500 anos.

Benedito Barbosa

Um dos aspectos que garantiram a preservação das riquezas e terras para a população branca foi a instituição da propriedade privada, com a Lei de Terras (1850) mencionada anteriormente. Após os processos de abolição da escravatura, a população negra não possuía condições de arcar com os valores para a compra de terras e houve uma substituição nos locais de trabalho para a mão de obra europeia, incentivada pelas elites do período, que impactou na forma como a população negra ocupava os espaços urbanos.

Quanto aos imigrantes europeus e japoneses, sua vinda começou efetivamente na década de 1840, intensificando-se após 1850. Entre esse ano e o de 1859, cerca de 110 mil imigrantes chegaram ao país, parte deles concentrando-se, vale dizer, nas cidades. Em São Paulo, por exemplo, dos 130 mil habitantes em 1895, 71 mil eram estrangeiros. Mas a terra como “mercadoria” não ficou por causa disso mais disponível para essa massa de população. Como vimos, a distribuição das terras no Brasil se deu para os senhores de então (FERREIRA, 2005, p. 3).

Esse processo também impactou na transição demográfica do espaço rural para o urbano nessa passagem do século XIX para o século XX, então uma população significativa de pessoas negras libertas, com condições dificultadas para

⁶ Nesse contexto, o termo ‘pilhagem’ significa a apropriação indevida da terra por parte dos europeus, considerando que antes do processo de colonização não havia uma compreensão da terra enquanto propriedade privada.

o acesso ao trabalho livre, é forçada a buscar possibilidades no contexto das cidades.

Na cidade de São Paulo, a expansão da produção cafeeira, associada ao surgimento de uma indústria ainda incipiente, iriam ser determinantes para seu crescimento acelerado, que a consolidaria como a maior cidade do país já nas primeiras décadas do século XX, superando, à medida que a industrialização se consolidava, as limitações de seu papel de sede do controle da exportação agrícola. A diversificação dos investimentos oriundos do “capital cafeeiro” intensificou atividades de caráter essencialmente urbano. Muitos fazendeiros começaram a transferir sua residência para mansões nas cidades. As atividades de comércio do café, e a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, em 1867, já haviam insuflado a economia urbana, com empresas de importação-exportação, bancos, o comércio para atender a uma população urbana crescente, e as atividades da construção civil e dos serviços urbanos, como a implantação de vilas operárias, a construção de reservatórios de água, a instalação de iluminação urbana a gás, de linhas de bonde etc., sempre com a presença marcante de empresas inglesas (FERREIRA, 2005, p. 4-5).

Nesse sentido, podemos observar que o processo de urbanização e industrialização caminharam em paralelo e, ao mesmo passo que estavam ocorrendo mudanças nos setores da economia na cidade, a desigualdade socioterritorial foi explicitada, com o planejamento urbano para as regiões centrais orientadas às atividades capitalistas e a ocupação irregular da população trabalhadora em condições precárias nos cortiços e nas periferias.

Explicita-se então o porquê das duas grandes cidades do país [São Paulo e Rio de Janeiro] nesses primeiros momentos da urbanização brasileira já promoverem uma sistemática segregação social: simplesmente reproduzia-se na cidade a mesma diferenciação social resultante da hegemonia das elites que se verificava nos latifúndios. É dessa época que datam os primeiros registros de cortiços e até mesmo de ocupação dos morros com moradias populares. Mesmo que não fosse ainda regida pelas dinâmicas do capitalismo industrial, a cidade já tinha por marca a diferenciação socioespacial, pela qual a população mais pobre, via de regra, era excluída para as áreas menos privilegiadas (FERREIRA, 2005, p. 5).

Outro aspecto essencial para desvendar esses caminhos da urbanização na cidade de São Paulo é a convergência entre os empresários, o setor imobiliário e o poder público, que é possível notar nas centralidades escolhidas para as obras e

nas exigências urbanísticas para a regularização fundiária que a classe trabalhadora não conseguia acessar.

A implantação de uma complexa legislação urbanística, que estabelecia normas extremamente rígidas para a construção de edifícios e para as possibilidades de uso e ocupação do solo. Com isso, saía privilegiado o mercado imobiliário, capaz de respeitar tais regras ou de dobrá-las graças à sua proximidade com o poder público e seu poder financeiro, e prejudicava-se definitivamente a população mais pobre, incapaz de responder às duras exigências legais. Para construir, seria necessário ter a documentação da posse da terra, dominar o aparato técnico-jurídico do desenho e da aprovação de plantas e respeitar as diretrizes legais sanitárias e de ocupação e uso do solo, que muitas vezes impunham regras que só podiam ser aplicadas nos terrenos mais caros (FERREIRA, 2005, p. 8).

Havia essa barreira para a regularização da situação de moradia para a população, e a questão da irregularidade não foi respondida com políticas que buscassem uma solução adequada para as famílias e, sim, por meio de formas disciplinadoras, repressivas e que criminalizam a população.

Até os anos 30, a provisão habitacional para as classes populares foi garantida pela iniciativa privada, seja através das vilas operárias de empresas – em especial no caso de indústrias que se estabeleciam no interior do estado de São Paulo, em locais isolados –, seja através da moradia de aluguel, que se limitava em sua maior parte à construção de cortiços ou de vilas de baixo padrão. As vilas, uma forma de produção estimulada pelo poder público com incentivos fiscais por ser uma solução de disciplinamento e higienização (FERREIRA, 2005, p. 10).

As propostas de modificação do centro das grandes cidades que se diziam “modernas” obedeciam a uma visão higienista e propunham uma suposta “qualificação urbana” que expulsava a população trabalhadora das áreas valorizadas para os lugares de maior precariedade. “Quando os cortiços se tornavam obstáculos para as iniciativas de renovação urbana conduzidas para áreas mais nobres da cidade, eram demolidos e a “massa sobrando” obrigada a se deslocar para as áreas menos valorizadas pelo mercado” (VILLAÇA, 1986 *apud* FERREIRA, 2005, p. 10).

Como as respostas por meio do Estado e do mercado não foram suficientes para equacionar a questão da moradia, a alternativa viável para a população foi a

ocupação e a produção de moradias pela via da autoconstrução, condição que marcou o processo de urbanização nas grandes cidades brasileiras.

Com a oferta de moradia de aluguel declinando, e sem que o Estado suprisse a conseqüente demanda por habitações, restava à população pobre uma solução que, na prática, “liberava” tanto o Estado quanto o mercado da responsabilidade pela questão da moradia: a ocupação pura e simples das terras, ou o loteamento das periferias, estimulado pela chegada do transporte público sobre rodas, que garantia o necessário acesso, mesmo que precário, aos loteamentos mais distantes, que sequer recebiam a infraestrutura urbana necessária (MARICATO, 1997, p. 36 *apud* FERREIRA, 2005, p. 11).

A população passa a ocupar as regiões que o mercado imobiliário não tem interesse em atuar; estas áreas são caracterizadas pelas condições precárias, como é a situação das encostas, áreas de preservação ambiental, margens de córregos e rios.

O movimento conjugado do poder público com a iniciativa privada, que expulsava as famílias dos cortiços ao mesmo tempo em que demolia casas para o traçado das avenidas e construção de edifícios mais modernos, criou enorme escassez de moradias. Ao mesmo tempo, os terrenos vazios ao longo das novas avenidas, sobre os quais não se efetivou nenhum tratamento urbanístico ou paisagístico, tornaram-se áreas ociosas passíveis de ocupação. Ocorreu o mesmo com as obras para a retificação dos rios Pinheiros e Tietê e a abertura das avenidas marginais, nos anos 1960. Terrenos públicos e privados foram criados com a drenagem dos meandros dos rios e tornaram-se, ao mesmo tempo, local para implantação de abrigos provisórios e emergenciais e objeto de ocupações paulatinas por parte dos trabalhadores de mais baixa renda (VIEIRA; BAGNATORI, 2013, p. 239).

Uma das respostas estatais à questão da moradia foi a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) no período da ditadura militar, que representa um marco para a provisão habitacional no país, com a participação do poder público no incentivo à produção de moradias para a população em uma escala ampliada. Entretanto o programa não atingiu de fato as famílias de baixa renda, atendendo prioritariamente à população de média e alta renda. É feita também uma problematização sobre a lucratividade que as empreiteiras obtiveram, a valorização e verticalização que as obras produziram na cidade e a distância que existiu entre

a produção de moradias e os serviços urbanos disponíveis para o acesso da população.

Com as investidas dos governos autoritários no período ditatorial contra a organização dos movimentos sociais, houve uma desmobilização social nos anos iniciais, entretanto, as organizações populares, na especificidade da questão urbana, estabeleceram formas de reorganização política no sentido de enfrentar as condições de moradia e vida nas cidades. No curso da redemocratização, houve um avanço importante na mobilização das pautas relacionadas aos serviços urbanos como moradia, saúde, educação, cultura, transporte e saneamento básico, que em parte foram alocadas na formulação da Constituição Federal de 1988.

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO: RESISTÊNCIAS ÀS REMOÇÕES FORÇADAS E LUTA PELO DIREITO À CIDADE

A partir da década de 1990, é possível observar um fortalecimento na organização dos movimentos de moradia no intuito de enfrentar a lógica da expulsão para as margens urbanas, através das reivindicações pela moradia nos centros das cidades, em muitos momentos com as ocupações de terrenos ou prédios vazios, que não cumprem a função social da propriedade, instrumento este conquistado no artigo 182 da CF de 1988.

Essas experiências contribuíram para a passagem de demandas vistas como individuais, que historicamente estavam localizadas de forma restrita ao âmbito da vida privada, para reivindicações coletivas que propunham evidenciar essas questões como um debate na cena pública, considerando a dimensão expressiva das condições precárias de habitação e a responsabilidade do Estado para formular políticas no sentido de enfrentá-las.

A cidade de São Paulo tem a população estimada em 12,4 milhões de habitantes,⁷ configurando-se como a mais populosa do país e com uma relevância econômica, política e cultural.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Seade, a economia do município

⁷ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com data referenciada a 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>. Acesso em: 18 dez. 2022.

corresponde, se tivermos como parâmetro o Produto Interno Bruto (PIB), a 61,5% da RMSP e cerca de um terço (33,54%) do total do estado de São Paulo, que congrega outros 644 municípios. Também a população da cidade de São Paulo correspondente a 56% da RMSP e 26,7% da população estadual (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2018, p. 3).

As contradições urbanas são explicitadas em proporção semelhante à concentração econômica e populacional da cidade. É preciso analisar de forma crítica esses dados, pois historicamente foi demonstrado que apenas o crescimento financeiro não eleva as condições de vida, a própria sustentação desse processo é baseada nas formas de exploração dos trabalhadores.

Conforme informações da Fundação João Pinheiro (FJP) e Centro de Estudos da Metrópole (CEM), há 445.112 domicílios em favelas e 385.080 em loteamentos irregulares, perfazendo um total de 830.192 domicílios. Soma-se a este universo de inadequação habitacional 20.702 domicílios em conjuntos habitacionais irregulares e 80.389 domicílios em cortiços. As estimativas de déficit habitacional da FJP e CEM indicam um total de 485.870 domicílios. [...] De acordo com o último Censo do IBGE, em 2010 havia 293.621 domicílios vagos na cidade (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2018, p. 3-4).

As informações sobre as condições precárias de moradia, o déficit habitacional e os imóveis vazios contribuem para revelar a dimensão dessa questão urgente, mas importa ressaltar que esta não é uma equação simples de ser resolvida. É necessário buscar formas de enfrentamento aos elementos que estruturam esses processos, como é expresso nas lutas dos movimentos sociais de moradia que constroem as ocupações e denunciam a desigualdade urbana, elaborando outros meios de uso dos espaços na cidade.

A estratégia de luta dos movimentos sociais de moradia na área central de São Paulo, resultou entre os anos de 1990 até 2012, em 38 empreendimentos de habitação de interesse social com quase 4.000 unidades habitacionais, em edifícios que foram reformados, obras novas ou em terrenos que existiam cortiços. Assim, desde 1997 vários movimentos sociais de moradias, se ramificaram e formaram outros movimentos, adotando estratégias de lutas diversificadas e ocupando centenas de edifícios vagos no centro de São Paulo (SANCHES; STEVENS; PIOTTO, 2019, p. 558).

Quando questionado sobre esse processo de ocupação do centro de São Paulo das últimas décadas, o entrevistado Benedito Barbosa menciona uma referência histórica importante, resgatando que esse processo de ocupação da população de baixa renda e negra na região central remete ao final do século XIX e início do século XX, período após a abolição da escravidão. Em seu relato é possível apreender que ocorre um processo, nessas últimas décadas, de retomada do centro pela população que foi historicamente distanciada do acesso aos bens e serviços urbanos.

Então, a gente precisava fazer um estudo, uma pesquisa, para ver quando que começou essa história de ocupação de terra no centro de São Paulo, porque certamente, aqui no centro, desde a época da escravidão e do pós-escravidão já deveria ter ocupação dos cortiços aqui no centro de São Paulo. [...] Estávamos comentando sobre essas questões dos territórios negros em São Paulo, se a gente olhar a Baixada do Glicério, outras regiões da cidade, a gente vai ver que o povo preto já estava aqui, ocupando a cidade, e isso é muito antigo. O próprio edifício São Vitor, por exemplo, no centro de São Paulo, outros prédios, outros territórios, o próprio território do Bixiga, que era um quilombo... Então a gente vai ver que as ocupações, elas são bem mais antigas, olhar esse processo na linha do tempo histórica, a gente vai ver que esses processos de tensionamento com espaços e com os territórios do centro de São Paulo, ele é muito mais antigo do que a gente imagina, seja para o direito ao trabalho, porque os trabalhadores ambulantes, eles já ocupavam, as lavadeiras já ocupavam esses espaços, os carroceiros, eles já ocupavam o centro de São Paulo, mas as ações higienistas do centro, sempre tiraram, atuaram para expulsar os pobres da região central da cidade. [...] Eles estão também no território do Bixiga mostrando que o povo preto já estava aqui fazendo ocupação no centro de São Paulo há muito tempo. O que aconteceu recentemente foi um novo fenômeno, uma nova reocupação do centro pelos movimentos, então essa história ela está se repetindo, como se os negros, o povo negro fosse expulso do centro e agora se rebelou e falou nós precisamos voltar de novo para o nosso território e aí a partir dos anos 1990, começou um grande movimento de reocupação da área central pelos movimentos de moradia aqui do centro de São Paulo, ocupando vários imóveis, prédios vazios que estavam abandonados aqui no centro de São Paulo, então teve a primeira ocupação em 1997, foi aqui no casarão Carmo, aqui no centro de São Paulo, acho que foi abril de 1997, eu acompanhei essa ocupação. Depois teve também a ocupação do prédio da 9 de Julho, em outubro de 1997, se eu não estou enganado, e de lá para cá os movimentos vêm ocupando vários imóveis no centro da cidade. Não se tem um levantamento preciso, mas estima-se que pelo menos umas 200 ocupações já ocorreram nesse período pelos movimentos na área central de São Paulo nesse último período, talvez seja muito mais do que isso, mas certamente pelo menos umas 200 ocupações já ocorreram, de prédios.

Benedito Barbosa

A análise realizada pelo entrevistado é fundamental para compreender que esses processos possuem uma historicidade, não se configuram como eventos isolados. Em um outro momento da entrevista, Benedito comenta sobre alguns

motivos que provocaram as ocupações de prédios vazios no centro da cidade pelos movimentos sociais de moradia e as constantes investidas por parte dos atores do mercado imobiliário para que a população de baixa renda não permaneça nesse território.

E essas ocupações, elas se dão por dois motivos: um é pela falta de política habitacional que nós temos histórica no país; dois, pelo desejo e luta dos trabalhadores para não se deslocar tanto na cidade, porque a região de emprego, de melhor oportunidade de serviço, [...] seja para os trabalhadores ambulantes, para os catadores, para todo mundo, é aqui na região central, onde circula muita gente, nesse vetor centro-oeste da cidade, onde tem maioria dos empregos, então o povo quer ficar mais para cá, [...] mas existiu um movimento bastante importante dos movimentos de moradia, puxado pelos movimentos de moradia aqui em São Paulo, que impediu de alguma forma que o centro de São Paulo fosse tão elitizado, e agora de novo com a aprovação dos projetos, chamado de PIU Central – acabou de ser aprovado na câmara municipal – há uma tentativa de novo de expulsão dessa população, de ampliar mais ainda a elitização da área central e expulsar novamente o povo pobre do centro de São Paulo, eles vão tentar fazer isso, já estão fazendo com a Baixada do Glicério, a parte mais baixa da Liberdade também e com todas as regiões aqui do centro de São Paulo, existem vários territórios de resistência, por exemplo como a favela do Moinho, a ocupação Mauá, então você tem várias ocupações aqui no centro de São Paulo que elas são muito importantes, a Prestes Maia, a ocupação São João e tantas outras ocupações. E ocupações que também se transformaram já em moradia popular, como o edifício Dandara na Avenida Ipiranga, perto da República, o edifício Marisa Letícia, aqui na Rangel Pestana, que são projetos também como o Hotel Cambridge, então você já tem alguns empreendimentos que foram transformados em moradia social, que é uma forma de garantia que essas famílias que moram no centro e são trabalhadores e trabalhadoras possam ficar morando por aqui mesmo. Isso foi uma conquista de muita luta.

Benedito Barbosa

A entrevistada Antônia relatou que iniciou os seus processos de luta por moradia na Zona Leste da cidade de São Paulo após uma série de conquistas e impasses nessa região, tendo sido convocada por outras lideranças para ocupar os prédios que estavam abandonados na área central. Também realiza apontamentos importantes sobre os motivos das ocupações de moradia no centro.

Eu estou falando das conquistas que a gente teve na Leste, mas fora isso a gente teve dificuldades, mesmo que a gente ocupasse, tinha pouca terra naquela região. Terra tinha mais para o Itaim, Guaianazes, mas estava muito longe da nossa base, quando a gente faz luta muito longe da base complica um pouco, a locomoção, as famílias irem, a gente pode enfraquecer nesse contexto de luta e aí veio o convite da Frente: “Vamos ocupar o centro, porque aqui chama mais atenção”. Aqui tinha muito prédio vazio e uma infraestrutura que ia atender todo mundo. Em 2010 a gente ocupou esse prédio e mais 20 prédios no centro, a Frente. Desses prédios que a gente ocupou, a gente já teve conquistas deles, que

foi o Lorde, que fica do lado do metrô Santa Cecília, e também o da Carmen, que é o Cambridge, que na época era até a Frente [...], então a gente teve essas conquistas e a gente colocou esse no chamamento que é o São João 588. Ganhamos a José Bonifácio, ganhamos Prestes Maia, que começou agora, 280 unidades, também vai começar agora o José Bonifácio, acho que é 70 vagas. [...] A gente nunca pensou que a gente ia conseguir colocar pobre para morar no centro, a *priori* era só para denunciar, criar uma situação onde a própria gestão não tivesse mais o que dizer porque a gente provou por A mais B o descaso que a gestão faz com tanta gente sem-teto e tanto teto vazio.

Antônia Nascimento

Uma questão fundamental no âmbito da organização dos movimentos sociais de moradia que ocupavam outras regiões da cidade e passaram a concentrar as ações no centro é comentada por Antônia no sentido de transformar os sentidos de pertencimento das famílias, desmistificando a lógica de que as pessoas que compõem a classe trabalhadora devem permanecer nas periferias, propondo, dessa maneira, que todo o espaço urbano pode ser usufruído coletivamente pela população.

Também tem esse agente facilitador, que é as pessoas terem possibilidades maiores de arrumarem trabalho morando no centro, fora a educação. Quando eu cheguei aqui veio muita gente comigo da Leste, as realidades são outras, por mais que as pessoas não percebam, a realidade da Leste não é igual à realidade de quem mora no centro, tem coisas muito boas, quem mora no centro está perto de tudo, mas até o pessoal da Leste entender isso foi complicado. Foi quando eu tive que entrar em ação: “Como é que eu vou convencer esse pessoal que veio da Leste que o lugar deles é em todo lugar, não é só na Leste?”. Não é porque eles são periféricos que eles têm que se contentar em estar só na periferia e relutar em vir morar no centro, aí eu comecei a trazer a cultura. A cultura, ela tem que andar junto com todo o trabalho social que possa existir, eu comecei a trazer pessoas diferentes, grupos diferentes. [...] Eu falei: “Então, vocês têm que entender que a gente tem que conviver com os diferentes e também com as diferenças, isso que faz a diferença na nossa vida”. Foi começando a acostumar e o pessoal foi começando a entender o contexto, foi começando a vir e quando chegou aqui eles viram que o trabalho estava mais perto, que não faltava mais escola para as crianças, que não faltava saúde para as crianças.

Antônia Nascimento

Esses relatos reforçam a importância da luta dos movimentos de moradia, apesar de uma conjuntura de ataques às condições fundamentais de existência da população, houve uma série de conquistas encampadas pelos movimentos que incidiram na formulação das políticas urbanas e habitacionais. Poderíamos citar o Estatuto das Cidades e a consolidação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) como resultados desse processo de mobilização dos movimentos sociais

urbanos no âmbito dos instrumentos formais, representando um mecanismo de resistência para a permanência da população nas cidades.

Nessa conjuntura de disputa e avanço da produção (e apropriação) da cidade sob a lógica urbana hegemônica, as ocupações – assim como outras formas de morar e viver nos e dos territórios populares – constituem-se como resistência para esse avanço e apropriação e, desse modo, são percebidas e vistas como travas e obstáculos, que, portanto, precisam ser destruídos. Assim, esses espaços constituem-se como pontos e fronteiras de choque, de tensão e de resistência; porém também exercem papel produtivo e não só reativo: a partir desses espaços (e de seus ocupantes), práticas, agenciamentos, repertórios, eventos, circuitos são construídos, mobilizados e articulados. É, a partir dessa realidade conflitiva, que surgem e são criados; é, a partir desse território em disputa, que são produzidos. Nesse sentido, resistência e produção de práticas, dinâmicas e articulações a partir das ocupações e de seus ocupantes devem ser entendidas situacional e territorialmente ancoradas e em relação a um campo de forças (econômicas, políticas, urbanas) em que estão constantemente interagindo, tensionando-se e reagindo, conformando e disputando a produção do espaço e das formas de vida na cidade (SANTOS, 2019, p. 786-7).

Houve uma importante articulação para a consolidação das propostas de autogestão e direcionamento dos recursos do fundo público para a construção de unidades habitacionais e reforma dos prédios ocupados no centro coordenadas pelos movimentos sociais de moradia, implementadas por meio de formulações, como o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades (MCMV-E).

Os movimentos já conseguiram alguns projetos aqui no centro de locação social, o programa de arrendamento residencial, o Minha Casa, Minha Vida... você tem uma diversidade de projetos, de programas, da CDHU, através do PAC – Programa de Atuação em Cortiços, então você tem vários programas e projetos que foram viabilizados aqui no centro de São Paulo, por diversos governos também, governo estadual, municipal, federal, que viabilizaram projetos no centro de São Paulo a partir dessas lutas dos movimentos, para ficar no centro da cidade. O fato é que o Estado anda muito devagar, porque se a gente teve 200 ocupações no centro de São Paulo, não existem 200 projetos ainda, é um número bem menor, mas a gente pode dizer que apesar de toda essa dificuldade os movimentos têm conseguido algumas conquistas importantes, significativas, que dão esperança para seguir lutando pelo direito à moradia nas áreas centrais da cidade. Eu falo nas áreas centrais porque em São Paulo existem várias centralidades, a centralidade mais importante de fato é essa região central da cidade, mas existem outras centralidades importantes, por exemplo na região da Mooca, que é uma centralidade importante, na própria região do Ipiranga, mesmo nos centros mais importantes da Zona Leste da cidade, e mesmo da Zona Sul. Então você tem espaços importantes que você poderia também garantir com boa infraestrutura, com acesso a serviços, com acesso a serviços públicos de uma

forma mais ampla, que também seriam importantes para garantir e lutar pelo direito à moradia e que de alguma forma os movimentos têm tentado viabilizar projetos de moradia nessas regiões, com mais infraestrutura.

Benedito Barbosa

Uma série de movimentos de moradia foram sendo constituídos, evidenciando esse momento de mobilização em torno da urgente questão de moradia nos espaços urbanos. Alguns dos importantes movimentos foram citados por Benedito Barbosa:

O processo de organização das ocupações, ela é feita a partir dos grupos de base dos movimentos. Quem primeiro retomou esse processo de reocupação no centro de São Paulo foi a União dos Movimentos de Moradia, mas hoje existem outros movimentos que possuem bastante ocupações aqui no centro, como a Frente de Luta por Moradia [FLM]; existe também o MSTC, que é o Movimento Sem Teto do Centro, [...] o Movimento de Moradia do Centro (MMC), a Unificação das Lutas dos Cortiços e Moradia (ULCM), [...] o MMRC, que é o Movimento de Moradia da Região Centro, o MLB, que é o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas; tem agora duas ocupações aqui no centro da cidade, que é um movimento nacional, o Brigadas Populares.

Benedito Barbosa

Esse conjunto de movimentos sociais enfrentou e permanece lutando contra diversos agentes que representam o poder instituído, e construiu formas alternativas de uso e ocupação que modificaram o centro da cidade de São Paulo.

Nesse contexto todo a gente incomodou. Vieram os problemas, problemas sérios mesmo, que abalaram a estrutura, mas não desmoronou, que foi a gente já estar incomodando muito em garantir moradia e transformar o centro, porque hoje o centro é uma outra cara, o centro era vazio, na semana era aquela transição de pessoas trabalhando e voltando para sua região, mas quando os movimentos vieram garantiram vida ao centro. Você chega no final de semana, você vê as pessoas ali se movimentando, transitando pelo centro da cidade e o comércio também, comércio que era de 2, 3 horas ficou 24 horas, a gente fortaleceu o centro de todas as formas, além de dar vida para o centro. Quem dá vida é gente, não é só empresa, é gente que vai dar vida. Qualquer bairro que você for morar se não tiver gente, não tem vida, e também não vai fortalecer o comércio, não vai fortalecer nada. A gente fez ao contrário, a gente veio e deu vida.

Antônia Nascimento

A partir do relato da participante da pesquisa sobre a população enquanto produtora de vida no centro, poderíamos pensar em uma oposição ao conceito propagado pelos agentes do mercado e por gestões governamentais de

“revitalização urbana”. Enquanto esse grupo reproduz um discurso de melhorias para os territórios centrais que estariam abandonados, o real interesse é definir quais vidas podem estar nessa região e quais vidas devem permanecer nas periferias. Antônia estaria propondo que a própria população trabalhadora que enfrenta as condições de precariedade habitacional e urbana tem a potencialidade de transformar esses territórios segundo os seus interesses e necessidades sociais, ampliando as formas de compreensão e uso desses espaços.

Em contraposição aos avanços dos movimentos de moradia, os processos de remoções forçadas se intensificaram nos últimos anos, reflexo de uma valorização imobiliária provocada pela investida neoliberal nas cidades, imbuídos de uma reatualização dos discursos higienistas que prezam por uma “competição de cidades” num circuito mundializado, expulsando a população de menor renda dos lugares de maior valorização.

Hoje, a “globalização” parece reavivar o mito: vende-se a nossa suposta “entrada” no mundo global, alimentada pelo perverso apelo do consumo e o acesso aos importados, enquanto que a economia do país é tomada por empresas transnacionais, e se exacerba a pobreza generalizada. Em suma, uma modernidade que ainda não superou os desequilíbrios herdados do Brasil colonial (FERREIRA, 2005, p. 17).

A mundialização do capital está profundamente relacionada à questão da terra e esta ligação possui particularidades em países que estão na periferia do modo de produção vigente, com uma formação sócio-histórica atravessada pela colonização. Nessas realidades, observamos uma exponenciação das desigualdades socioterritoriais que afetam diretamente a vida da população trabalhadora.

Isto está na forma como é vista, entendida, a propriedade privada no Brasil. Se fizéssemos uma cadeia dominial da posse e da propriedade, a gente vai ver como grande parte dessas propriedades foram tituladas de forma irregular, ou foram roubadas na verdade, a forma de apropriação foi totalmente indébita, mas evidentemente que o registro dá para a propriedade esse ar de legalidade. Eu diria em relação a essa questão específica da propriedade, à forma de aquisição da propriedade no Brasil, como eu já tinha dito aqui, eu diria que é uma usurpação você falar de direito de propriedade, forma de aquisição da propriedade no nosso país e nas nossas cidades.

Benedito Barbosa

Quando realizamos essa crítica ao modo de atribuição de terras entre as elites, visibiliza-se que a todo momento esse processo representou uma expropriação para os povos originários e para a população negra. As regulamentações fundiárias e seus operadores parecem ignorar esse histórico e a criminalização é direcionada para essa população, que teve as suas condições de sobrevivência minadas historicamente. Os questionamentos sobre essa concepção de pensar e construir cidades são realizados pelos movimentos de moradia.

A gente tem que seguir contestando, a forma de contestar essa forma de aquisição da propriedade é a partir da ocupação. Infelizmente o Poder Judiciário quando ele vai decidir sobre uma reintegração de posse ou uma desocupação de um grupo sem-teto ou de uma família sem-teto, ele olha o título, o registro da propriedade e, muitas vezes nem olha. Às vezes a gente já viu reintegração aqui com um simples papel de pão, o cara tem lá um termo de compromisso, um termo de posse precária, e ele entra lá com uma ação judicial de reintegração de posse e consegue uma decisão judicial para reintegrar. Basta ter um advogado e ser um suposto proprietário para que o juiz decrete, determine uma liminar de reintegração de posse. Então, eu diria que isso está associado a história de um Judiciário que ele é branco, de homens, proprietário de terra e atua sob a lógica do interesse da especulação imobiliária e de um capital imobiliário. [...] Estão apegados ainda a um conceito da propriedade como um direito absoluto, e a gente pode dizer que a propriedade no Brasil, ela não é mais um direito absoluto, nós podemos dizer que a moradia é um direito absoluto, você ter direito à moradia, mas a propriedade não. A propriedade está condicionada à aplicação da sua função social, porém no Brasil isso é invertido totalmente, vem primeiro o direito, interesse da propriedade, porque isso é o que vale, para poder aplicar todas as sanções, de forma truculenta contra aqueles que de alguma forma tentam contestar essa agenda, essa desigualdade absurda que é em relação ao acesso à terra no Brasil. Por isso que a gente tem tido muitas pessoas que são removidas, são despejadas, são reintegradas, mesmo que esse terreno não tenha nenhum cumprimento da sua função social, mesmo que esse imóvel não pague nenhum tipo de imposto, nada disso é válido quando o juiz vai, infelizmente, decretar uma ação, uma decisão de reintegração de posse. Isso de uma forma geral. Existem exceções, existem juízes que analisam, sim, mas isso é uma minoria, a grande maioria, infelizmente, está mais associada ao interesse da especulação imobiliária do que de fato ao interesse da garantia da justiça social, associada à questão do direito à cidade, da função social da propriedade, ou de outro interesse que pudesse garantir alguma justiça social.

Benedito Barbosa

Sobre a composição das famílias nas ocupações, poderíamos dizer que são heterogêneas, mas que possuem alguns aspectos em comum quanto ao histórico de vida marcado por uma série de impasses causados pela situação de insegurança habitacional.

Em linhas gerais, poderíamos responder que vive, nas ocupações, uma população marcadamente negra, feminina e migrante (vinda do interior, de outros estados, sobretudo do Nordeste, e nos últimos tempos de outros países também); muitas mães solteiras, mas há famílias maiores também fazendo das ocupações lugares sempre cheios de crianças. Em relação às trajetórias, brevemente, é possível esboçar que as trajetórias sociais e os percursos urbanos dos ocupantes, no geral, são marcados por uma sucessão e recorrência de habitações precárias e improvisadas, uma grande itinerância e mobilidade intraurbanas e habitacionais, demonstrando a instabilidade e a insegurança habitacionais que constituem traços comuns da condição de transitoriedade permanente e de indeterminação que marcam muitas dessas vidas e que os levaram, por meio de mediações e conexões do mundo social, até uma ocupação – e de uma ocupação para outra, em muitos casos. E, a partir de sua chegada em uma ocupação, são muitos os outros circuitos e agenciamentos que se armam e se abrem em torno das mobilidades urbanas e das relações que constroem com outros espaços e atores a partir de seu estabelecimento (às vezes, transitório, às vezes, mais estável) em uma ocupação. Perseguir esses movimentos foi uma das formas de reconstituir e conceber melhor tanto as experiências de transitoriedade permanente e de indeterminação que marcam essas vidas e trajetórias, quanto os fluxos entre o dentro e o fora da ocupação, posições que se diluem no contínuo ir e vir desses atravessamentos (SANTOS, 2019, p. 788).

Em relação aos aspectos de organização interna nos primeiros momentos de estabelecimento em novas ocupações, existe um conjunto de frentes de trabalho que são compartilhadas entre as famílias que participam do movimento de moradia, definindo as tarefas relativas à permanência na portaria, participação na cozinha coletiva e limpeza dos andares do prédio. Na realização dessas atividades são atribuídos pontos que são utilizados pelo movimento para decidir as famílias que serão contempladas no projeto habitacional.

Tem toda uma estrutura, a gente faz a cozinha coletiva, as famílias que estão aqui, que vão ficar segurando o prédio, elas ficam dia e noite, aquelas que não têm mais para onde ir, e as famílias das bases de projetos, elas vêm fazer o revezamento. Tem família que vem de dia, tem família que vem de noite, tem família que pode ficar duas horas, tem família que pode ficar uma hora, tem família que pode ficar três horas. Isso tudo tem uma pontuação, o movimento trabalha essa pontuação para a família, porque se a família está no movimento quem garante a moradia dela no futuro quando sair a demanda é a pontuação dela, que é a luta que ela fez. [...] Então as pessoas vinham, revezavam, quem vinha trazia as doações. A gente pediu doações para os vizinhos, às vezes vinha doação para aquela cozinha, mas geralmente a gente é autossuficiente, geralmente quem trazia eram as famílias do movimento, doações para o almoço, para a janta, café da manhã. [...] No caso aqui demorou seis meses, a cozinha coletiva, as famílias dormiam. Por exemplo nesse quarto aqui dormiam três, quatro, cinco pessoas, as pessoas estavam dormindo em coletivo, enquanto

aquelas que não tinham para onde ir organizassem os andares para ter onde morar, aquelas das bases e dos projetos estavam aqui para fortalecer ela de todas as formas, com a presença e com doações, e aí a gente vai se organizando.

Antônia Nascimento

Após alguns meses, essenciais para a consolidação da ocupação, as famílias começam a construir os acordos de convivência, que são reunidos em um regulamento. Temas relevantes na realidade social brasileira são levantados pelo coletivo, como a questão das substâncias psicoativas e as formas de enfrentamento de situações de violência contra a mulher, cabendo às lideranças o papel de alertar sobre possíveis conflitos que possam surgir e que seriam interessantes para o aprofundamento dos debates que constroem os regulamentos e as relações no cotidiano.

A gente já se reúne semanalmente, para ver a forma de como vai ser a convivência. Tem um regulamento, e esse regulamento é trabalhado com eles, são eles que decidem, não é eu, são as famílias, mesmo que o movimento traga propostas, porque eu tenho muita preocupação com família, porque família no auge, está morando, está feliz, ele pode decidir uma coisa que ele não pensou no amanhã e vai prejudicar ele amanhã. Então eu auxilio mais nisso, eu vou dando exemplo: vocês decidiram isso, mas amanhã isso pode voltar contra você também, que esse é o meu papel. [...] Não pode beber nos corredores, você pode andar com bebida alcoólica, que é o transporte, em dia de festas não pode ter droga, se a pessoa usa droga, algum entorpecente, ela precisa sair da porta da rua para fora. A gente também não vai ser tão radical, a questão da drogadição é uma questão de saúde pública, a gente tem que trabalhar isso e não excluir. [...] E violência contra a mulher, se homem bater em mulher aqui dentro ele não fica, ele tem que sair e a mulher fica e as crianças também, ela só sai se ela quiser, a gente sabe que dentro desse contexto no movimento a gente tem que trabalhar isso com a mulher.

Antônia Nascimento

As famílias passam a compreender essas formas de organização e constroem as ocupações gradativamente com um maior espaço de autonomia em relação às lideranças dos movimentos. Esse processo demonstra que a luta pela moradia é enraizada por esses sujeitos sociais e tem a potencialidade de ampliação do movimento com a formação de novas/os organizadoras/es, coordenadoras/es e lideranças.

Chega um momento que você não precisa mais ter que estar dizendo o que fazer e o que não fazer, eles mesmo já se organizam e já veem o problema que está acontecendo e já chamam o andar – cada andar tem um organizador; os

organizadores de andar já se conversam. Vamos falar com a coordenação do MSTRU, porque a gente acha necessário que se faça isso para garantir uma segurança maior para as famílias, a gente não precisa mais estar dentro da ocupação 24 horas, a gente pode ficar fora durante meses que a coisa vai andar como se a gente tivesse ali dentro da ocupação, mas isso tudo foi nessa transição de organizar quando ocupa, limpar, arrumar, trazer a água, trazer a luz, [...] porque hoje em dia não precisa só que a coordenação esteja, a gente ocupa um prédio amanhã, por exemplo, não é necessário que a coordenação esteja, basta as famílias dos outros prédios irem lá e conduzirem, mostrarem para as outras famílias como é o processo e elas famílias já se encaixam. É incrível, é automático, já vão se encaixando dentro desse contexto.

Antônia Nascimento

Antônia também aponta a necessidade de compreender e enfrentar a produção de preconceitos e estigmas sobre as famílias das ocupações, construindo saídas interessantes para essa questão que contribuem para o fortalecimento e a legitimação dos movimentos sociais de moradia, como o compartilhamento de vivências com múltiplos grupos que apoiam as reivindicações e a inserção em espaços de participação social nas políticas públicas.

Como eu vou trabalhar isso para poder tirar todos esses paradigmas que estão colocando em nós? E aí eu abri as portas. Eu fui uma das primeiras pessoas a abrir as portas da ocupação para as pessoas, porque não é só eu falar, você tem que vivenciar, não é só eu falar, eu tenho que te colocar no lugar também. As pessoas começaram a vir, porque você sai daqui e compartilha lá fora o que é, então a gente foi quebrando isso, a gente foi trabalhando isso e o movimento tem umas ferramentas muito importantes, que é estar dentro das políticas públicas, e aí a gente começou a utilizar essa ferramenta, [...] o conhecimento lá dentro de como essa política pública é trabalhada, essa é uma ferramenta importante e faz diferença, muita diferença. Então dentro desse contexto e trazendo as pessoas para cá, para dentro, a gente vai transformando a situação, as pessoas vão vendo essa luta com outros olhos.

Antônia Nascimento

As ocupações em prédios ou terrenos ociosos no centro da cidade de São Paulo que são realizadas por movimentos sociais de moradia possuem uma série de frentes, comissões, grupos de trabalho, produção de atividades e eventos que buscam organizar as famílias e são importantes para a vinculação no território.

É possível enxergar todos esses encontros, eventos e a rede que se constrói como uma estratégia de fortalecimento e consolidação da ocupação no dia a dia, mas que também se torna fundamental em casos extremos de ameaça concreta de, por exemplo, reintegração de posse. As atividades e eventos internos que acontecem envolvendo atores de fora, o estabelecimento de redes

e produção de outras relações não devem ser vistos apenas em uma dimensão prefigurativa, eles são estratégicos nessa luta política por manutenção e sobrevivência, que venho apontando como central na existência de uma ocupação (SANTOS, 2019, p. 794).

Antônia também enfatiza a relação dos movimentos sociais com as assessorias técnicas e demais grupos que atuam na perspectiva de garantia das condições de existência desses sujeitos sociais como um importante meio de compartilhamento de experiências e conhecimentos que constroem instrumentos importantes de resistência frente à questão da moradia no centro cidade, explicitando as contradições entre uma parcela significativa da população que não acessa o direito à moradia e a quantidade de prédios ociosos nessa região.

A gente foi começando essa denúncia, não só a denúncia da falta de habitação, com muita habitação vazia, mas a denúncia como um todo do descaso do poder público, e aí a gente ia em reunião: “Vocês precisam conhecer, vocês precisam entender o contexto”. Aí veio o pessoal da universidade, veio pessoal de todo lugar, com conhecimento técnico. A gente tinha o conhecimento do viver, do estar na situação real da ocupação, e vinham nossos parceiros com conhecimento técnico de toda a questão da habitação e dos prédios abandonados no centro. Juntou tudo isso deu um negócio bom danado, e aí a gente foi derrubando aos pouquinhos a gestão, dentro desse contexto de manter as famílias. [...] A gente chegou nessa fase dessa junção de conhecimentos, de pessoas, de parceiros, de convencer o próprio gestor de que as pessoas morando nas ocupações é um benefício para toda a sociedade, e aí a gente começou a trabalhar benefícios, a gente usou a questão ambiental, não eram teorias e não são teorias, são fatos: diminuir o transporte, a condução, que as pessoas já estavam do lado do seu trabalho, do lado das suas escolas, do lado das suas faculdades... então a gente foi trabalhando esse contexto todo, que faz parte da sociedade, que é bom para a sociedade, que é um direito de todo mundo.

Antônia Nascimento

Em momentos de acentuação dos conflitos em torno das ocupações, essas formas de organização viabilizam um enfrentamento de maior consistência em relação às situações de ameaça de remoções forçadas e as articulações com a rede constituída são explicitadas.

As principais frentes que precisam ser tocadas (e grupos de trabalho, GTs, são criados para dar conta de cobri-las) são a jurídica (a cargo, praticamente, de advogados), uma de ação política, encarregada de organizar atos, ações e manifestações contrários à decisão e que exerçam pressão política (principalmente, sobre os poderes Executivo e Judiciário), e uma frente de comunicação voltada para repercutir e incidir nas diversas mídias (hegemônicas

e alternativas). E, paralelamente a todas essas frentes, o trabalho de construção e de estímulo de um estado de mobilização interna permanente dos moradores. No mesmo sentido, mas de outras formas, a aliança com os outros movimentos de moradia também deve ser trabalhada. As lideranças procuram deixar de lado, se houver e se for o caso, quaisquer indisposições e discordâncias para se aproximar e construir uma frente de solidariedade e resistência diante da ameaça maior (SANTOS, 2019, p. 800).

Uma das formas de desmobilização dos movimentos de moradia é a criminalização das pautas e formas de organização pela esfera governamental e pelos agentes do mercado imobiliário. Esses processos também são respondidos pelos sujeitos coletivos a partir de posicionamentos políticos que denunciam essas ações arbitrárias.

O movimento passou por um momento muito ruim que foi de criminalização, que serve para enfraquecer a nossa luta. As nossas lideranças foram presas, [...] foi quando eles viram que a nossa movimentação estava atrapalhando esse projeto deles na região central e também na cidade como um todo, a nossa luta estava se expandindo na cidade como um todo, e eles viram a preocupação disso: “Vamos tirar esse povo / Como é que a gente vai tirar esse povo? / Vamos mexer com a liderança, que mexer com a liderança enfraquece o grupo”. Mas eles não imaginam que a gente vai estar um pé na frente deles, [...] mas como eu te falei quem sabe mais luta melhor, a gente já começou a analisar esse contexto, a gente procura estar sempre com um pé à frente, então quando a gente botou as famílias para estudar, quando politizou essas famílias, isso já fortaleceu a gente na hora, porque na hora as famílias foram para a luta conosco, foram para a porta de fora, foram para a porta da delegacia, foram para a porta de ouvidoria, foram para a porta de Ministério Público, para poder trabalhar a defesa da liderança.

Antônia Nascimento

Diversas violações e impactos para as famílias atingidas pelas remoções forçadas são observadas, como perda de emprego e renda, mudança para locais com piores condições de moradia, perda do ano letivo escolar, aumento de doenças relacionadas a esse momento crítico de conflito, perda das relações e vínculos constituídos no território.

O momento da remoção é um evento disruptivo, quando há a materialização da violência na derrubada das casas, nos escombros que ficam pelo caminho, nas mudanças que passam apressadas junto com as pessoas em busca de outra moradia. Mas a violência também se expressa na quebra das estratégias de reprodução da vida, que precisam ser rearranjadas frente à nova situação que se configura após a remoção – e essa reorganização das estratégias

só é possível graças às redes nas quais as pessoas removidas estão inseridas (LACERDA; HARKOT; SANTORO; ALHO; BRITO, 2020, p. 170-1).

Benedito também aponta rebatimentos desse processo para as famílias que sofrem as remoções, principalmente no sentido de agravamento de algumas situações para grupos etários como crianças, adolescentes, idosos e pessoas que têm necessidades específicas, por exemplo as pessoas com deficiência. Também menciona a questão de gênero, compreendendo que parte significativa das mulheres são responsáveis familiares e compõem as ocupações e os movimentos de moradia.

Os impactos são muito grandes, porque você tem impactos de ordem do ponto de vista psicológico, mas você tem impacto do ponto de vista econômico, social, no momento de reintegração de posse, por exemplo você transferir criança de escola, de creche, só pegar o caso dos direitos das crianças... Você tem impacto de diversas ordens, direito das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, direito das mulheres... A própria Campanha despejo Zero está fazendo um mapeamento agora mais próximo sobre isso, para mostrar como essas violações elas atingem grupos vulnerabilizados, historicamente vulnerabilizados, que deveriam estar dentro do interesse de uma política pública, vamos dizer assim em primeiro lugar, mas infelizmente na hora da reintegração de posse, de um despejo, essa decisão gera impactos de diversas ordens e é traumático, a ordem de reintegração de posse [...] é muito violenta.

Benedito Barbosa

Antônia também identifica esses rebatimentos na vida das famílias, enfatizando a gravidade dessas ações tanto naquele instante quanto nas dificuldades de se pensar em uma perspectiva de futuridade:

Mexe com a família de todas as formas que você pode imaginar, física, psicológica, mentalmente, de todas as formas. É um crime isso, um crime contra a humanidade, você ter um teto e de repente você saber que você não vai mais ter um teto.

Antônia Nascimento

Esses processos são denunciados por meio de articulações dos movimentos sociais de moradia com organizações populares, instituições, entidades, associações e coletivos que têm em comum a defesa do direito à moradia e à cidade para a população. Essas redes estão em constante processo de formulação e contribuem para explicitar a relevância desse debate na atualidade. Quando

perguntado sobre as formas de resistência aos processos de remoções forçadas, Benedito nos traz importantes frentes de mobilização.

Nós temos várias formas, tem as formas jurídicas de atuação do movimento, os movimentos têm estratégias de defesa jurídica. Os despejos em geral eles estão muito invisibilizados, como no Brasil eles tentam colocar para debaixo do tapete tudo que eles não querem ver, então é esconder a favela, esconder as pessoas em situação de rua, esconder os jovens negros das periferias, tem que esconder [e] a cidade ser uma vitrine. Na verdade, a gente tem que desvelar essa situação, buscar dar visibilidade a todo esse problema. Acho que é um desafio muito grande [...] e ao mesmo tempo também é questionar e denunciar todas essas formas de violação do direito à moradia, que isso já está garantido desde que a ONU foi constituída. Então você tem a carta da ONU dos direitos humanos, [nela] está que as pessoas precisam ter um teto garantido. Isso está no direito internacional, nos pactos internacionais de direitos humanos, tudo isso precisa ser garantido. Então a nossa estratégia também é fazer essa denúncia no âmbito nacional, no âmbito internacional, a gente articular em redes para tentar resistir ao processo de reintegração, mobilização dos movimentos, pressionar as autoridades, atuar e incidir no Poder Judiciário, incidir também no Direito Internacional, fazer o que nós chamamos de litigância estratégica, atuar junto ao Poder Judiciário também em âmbito do Supremo Tribunal Federal, por exemplo a ADPF 828, que é uma decisão muito importante para nós, que foi conseguida no Supremo Tribunal Federal. É uma decisão estratégica de litigância do movimento, das entidades de pressionar o Judiciário a partir do Supremo, de você conseguir uma decisão que possa suspender despejos e reintegração de posse, mas há a atuação do movimento em outras instâncias, nas instâncias da ONU, da OEA, nas instâncias internacionais de uma forma geral, através dos processos de mobilização, articulação com os meios de comunicação, com as mídias e redes alternativas, então todos esses processos fazem parte da nossa estratégia de resistência aos despejos e remoções. Isso está dentro de um processo de organização e de luta, a gente escreveu um material que é bastante interessante que chama 'Gramática jurídica da Campanha Despejo Zero', ali ela traz uma série de informações sobre essas estratégias de organização do movimento em relação ao enfrentamento dos despejos.

Benedito Barbosa

O entrevistado também cita outras formas de articulações em rede com diversos atores, movimentos sociais de moradia, esferas internacionais, meios de comunicação e órgãos como a Defensoria Pública.

Você tem redes nacionais no campo das organizações não governamentais, por exemplo o Fórum Nacional da Reforma Urbana, a rede BRCidades, você tem articulação também no campo dos próprios movimentos de moradia, com a União de Moradia Popular, a Central de Movimentos Populares, então você tem a articulação via movimentos sociais, os movimentos populares, via redes de articulações junto com as organizações não governamentais, que a gente chama de parceiros nessa luta. A Campanha Despejo Zero tem mais de 170 organizações que fazem parte, e também os organismos internacionais de direitos humanos, então como eu falei aqui as próprias redes da ONU, a gente também busca fazer as denúncias, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a própria relatoria

da ONU pelo direito à moradia... então a gente tem feito denúncia em diversos espaços, o Alto Comissariado da ONU dos direitos humanos, então a gente tem levado essas denúncias para vários espaços, como forma de resistência aos despejos e às tentativas de remoção, e essas parcerias são feitas com os diversos organismos, no âmbito nacional, no âmbito internacional, buscando articular com as mídias, sejam as mídias mais oficiais e também com as mídias alternativas. Então a gente vem fazendo esse trabalho de fortalecer o processo de resistência, mas o principal mesmo para enfrentamento dos despejos, você pode ter tudo isso articulado, mas se você não tiver mobilização local, territorial, dos próprios atingidos, fica muito difícil, então a organização dos atingidos pelos despejos, é fundamental para fortalecer uma estratégia de resistência ao despejo e à remoção forçada. [...] Só para dizer que nós temos um parceiro, uma novidade nos últimos anos, eu acho importante nessa luta contra os despejos [...] as defensorias públicas, que têm tido um papel muito importante no apoio, nessa soma de atores de luta para garantia do direito à moradia. Eu diria que a Defensoria Pública tem sido um ator estratégico essencial na resistência contra os despejos no Brasil, tanto a Defensoria Pública da União, quanto as defensorias públicas estaduais, através dos seus núcleos de terras, de direito à moradia, enfim têm tido um papel importante também para a resistência contra os despejos e estão associadas à nossa campanha nacional chamada Despejo Zero.

Benedito Barbosa

Essas articulações evidenciam que os movimentos de moradia ampliaram os espaços e as formas de realizar as denúncias, tanto em esferas institucionais quanto para além destas, mobilizando uma série de atores e provocando mudanças nas formas de compreender e disputar a questão urbana.

A resistência popular tem se afigurado como contraponto a esse movimento, e tem se efetivado em uma série de espaços institucionalizados de participação social, como conselhos, fóruns, audiências públicas, mas também em manifestações de rua, denúncia nas redes de internet, bem como TV e rádios comunitárias ou sindicais; ocupações de edifícios abandonados em áreas centrais; eventos de articulação do movimento social com organizações não governamentais de defesa dos direitos sociais e direitos humanos, universidades, pesquisadores, voluntários e Defensoria Pública – como as Jornadas da Moradia em São Paulo e os Comitês Populares da Copa (São Paulo e mais 11 cidades-sede do evento); e ainda, em ações de articulação com representantes dos poderes Legislativo municipal, estadual e federal e com o Ministério Público, estadual e federal (VIEIRA; BAGNATORI, 2013, p. 251).

O quadro apresentado neste capítulo contribuiu para compreender como os aspectos da formação da cidade de São Paulo estão presentes na contemporaneidade, mas existem novos elementos que intensificam as remoções das famílias da região central, provocando impactos de diversas ordens para esses

sujeitos. Esse processo, por sua vez, é respondido pelos movimentos sociais de moradia por meio da organização social e política, expressa, entre outras formas, nas ocupações de espaços ociosos.

3 O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA QUE ENFRENTAM REMOÇÕES FORÇADAS

A partir dos aspectos que foram abordados no desenvolvimento da dissertação até o momento sobre os conflitos urbanos e impactos das remoções para a população, abordaremos neste capítulo como se realiza o trabalho profissional de assistentes sociais junto aos movimentos sociais de moradia que enfrentam remoções forçadas.

Existe um importante histórico acerca da assessoria de profissionais a movimentos sociais de moradia. Esse conjunto de trabalhadores é amplo e formado por assistentes sociais, Arquitetos, Urbanistas, Sociólogos, Geógrafos, Advogados, Engenheiros, Educadores. No contexto da pesquisa, enfatizaremos o período contemporâneo que remete às décadas seguintes aos anos de 1980, marcadas por intensa mobilização social e política na conjuntura nacional, em que o Serviço Social também participou, representando um momento de questionamento acerca do conservadorismo na profissão e apoio a um projeto societário construído coletivamente com a classe trabalhadora em contraposição ao ideário capitalista.

Em paralelo a esse processo, as respostas do Estado, que em muitos momentos é o propulsor das situações de violações de condições de existência, não dialogam com o conjunto complexo de necessidades sociais da população. Uma das profissões convocadas a intervir nestas circunstâncias é o Serviço Social, em grande medida com solicitações historicamente conservadoras por parte do Estado. Com vistas a romper com tais requisições as/os profissionais necessitam construir a intervenção com base nos princípios defendidos pela categoria e questionando os processos de remoções.

Nesse cenário de disputa pela cidade, que tem gerado enormes impactos em termos de desalojamento de famílias, profissionais de Serviço Social são requisitados para mediação de conflitos, convencimento das famílias para aceitação da saída e para desempenho de tarefas pontuais, como o cadastro de emergência ou a distribuição de itens de assistência também emergenciais (VIEIRA; ÁGATA, 2020, p. 187).

A busca pela ampliação da autonomia profissional contempla um atendimento qualificado, que contribua para a defesa da proteção social e

articulação com as demais políticas (VIEIRA; ÁGATA, 2020). É fundamental fortalecer a organização popular e buscar o atendimento às diversas necessidades apresentadas.

O tema do trabalho profissional de assistentes sociais na esfera do poder público em situações de remoções forçadas foi amplamente desenvolvido na tese de doutorado de Nuria Pardillos Vieira (2015), intitulada *O trabalho do assistente social nos processos de remoção de moradias: atualização de antigas requisições*. Dessa maneira, pretendemos explicitar o debate sobre a atuação de assistentes sociais que trabalham na assessoria aos movimentos sociais de moradia que são impactados por esta dinâmica de expulsão do centro da cidade.

Coloca-se como necessária a compreensão da indissociabilidade entre a dimensão política e a atuação profissional, visto que os processos que estão presentes na realidade social exigem uma atuação compromissada com os interesses da classe trabalhadora. A contribuição profissional deve ser direcionada para o fomento de práticas que ampliem a participação e decisão populares em diversos âmbitos, inclusive na ingerência da coisa pública.

3.1 UM OUTRO LUGAR DO TRABALHO PROFISSIONAL EM SITUAÇÕES DE REMOÇÕES FORÇADAS

O trabalho de assistentes sociais com os movimentos sociais está alocado num campo em que os profissionais necessitam enfrentar o individualismo propagado amplamente pelo pensamento conservador e buscar a construção coletiva de projetos e ações, fortalecendo os vínculos que em muitos momentos tendem a se enfraquecer pela conjuntura capitalista.

Nesse sentido, é necessário compreender que a atuação profissional com os movimentos de moradia está permeada por uma série de fatores que dizem respeito à conjuntura, de forma ampliada, e às relações que se estabelecem na singularidade com os sujeitos que atuamos. Essas dimensões não estão desvinculadas e um dos principais desafios no cotidiano é justamente construir uma intervenção que contemple uma leitura da totalidade desses aspectos.

O trabalho se desenvolve compreendendo a realidade que está colocada, e a depender do momento em que a atuação se realiza, é necessário traçar estratégias distintas. Existem situações em que as possibilidades estão ampliadas

e as condições permitem que seja realizado um trabalho de maior envergadura propositiva; em outros momentos há uma necessidade de garantia do trabalho desenvolvido, mas estas ocasiões são apreendidas pelas/os profissionais a partir do conhecimento que têm dos movimentos sociais, das formas de organização e dos aspectos que estão afetando determinado conjunto de famílias.

Mas o trabalho social, por exemplo, na relação com os movimentos que a gente vem desenvolvendo projetos, ou viabilizando os projetos, os conflitos e as contradições elas vão aparecendo de outra forma, porque o lugar do trabalho social, na relação com o movimento independente, se é uma relação com o movimento que está se organizando para construir, que é um grupo que já vem de uma trajetória, já tem um pertencimento construído, seja no território, ou entre si, é um lugar sempre de tensionamento. Nosso lugar do trabalho social nessa relação é de tensão, e a gente vai atuando nessas contradições, então não é nada tranquilo, em alguns momentos a gente tem espaço maior, uma autonomia que é bastante relativa, e alguns momentos esse espaço ele diminui, na medida em que esse tensionamento ele vai se acirrando, a tendência é que a gente vá sofrendo também uma retração, do ponto de vista assim da autonomia do trabalho, mas eu entendo que é bem importante a gente reconhecer que organização é essa, como que as relações de força estão estabelecidas ali, naquela organização, como que esse movimento está organizado, as lideranças, coordenações, quais são os espaços que a gente tem para ampliar, a participação das famílias, o poder de decisão... então a atuação do trabalho social ela vai trazendo essas questões e vai problematizando isso, então nem sempre é tranquilo, essa relação é permeada por enfrentamentos. Então eu acho que é bem importante assim, entendo que cada vez mais a leitura política desses espaços, e a gente ter assim, de ir desenvolvendo uma habilidade e uma sensibilidade de perceber esses momentos, de perceber que esses enfrentamentos eles não são diretos, pessoais, mas ele está bastante relacionado ao enfrentamento, tensionamento do trabalho social... mas eu sinto que o trabalho social ele vai contribuindo para que as pessoas possam ir se apropriando desses espaços, para que elas possam ir interferindo também, e participando das decisões, de pensar inclusive o formato daquela própria organização. Mas tem momentos que é importante a gente também recuar um pouco para não perder o trabalho construído, então o que eu quero dizer é que reconhecer essas organizações e como que elas se movimentam internamente, como elas se movimentam também com outras organizações, com outras instâncias, com outras redes, é fundamental para a gente entender como a gente projeta esse trabalho, como que a gente pensa essa relação que é com as famílias, mas é sobretudo com lideranças, então tem a questão da correlação de forças, tem a questão do poder. Muitas vezes o trabalho social é entendido como uma disputa de interlocução com as famílias, de espaço, e a gente sabe que não é isso que a gente está pautando, mas muitas vezes é como as lideranças e essa coordenação entende o trabalho, então eu acho que essas determinações que a gente vai observando, elas vão ensinando bastante como que a gente vai pensando o trabalho, de como a gente vai se relacionando também com os movimentos, e as famílias elas percebem essas contradições, essas tensões, então é importante que a gente consiga também trazer esses elementos assim para discutir, para refletir com as pessoas, para que a gente não acabe fortalecendo também espaços centralizadores, espaços também que acabam às vezes reproduzindo assim uma – como que eu vou dizer? –, uma não participação efetiva das famílias, mas que a gente possa conseguir garantir alguma interação das famílias nessas decisões e nos rumos dos encaminhamentos, e da condução desses processos.

Cíntia Fidelis

A proximidade com os movimentos sociais potencializa a intervenção profissional, entretanto não podemos mistificar as relações que ocorrem na sociedade como um todo, que possuem reflexos no interior dos movimentos sociais. Também é necessário realizar uma leitura crítica acerca desses sujeitos sociais e buscar formas de enfrentamento de práticas que possam caracterizar preconceitos ou reprodução de valores da ordem estabelecida.

A dimensão investigativa é fundamental quando compreendida como indissociável do trabalho de assistentes sociais. Nessa esfera de atuação é fundamental o exercício da observação e apreensão dos elementos que compõem a realidade que estamos intervindo.

Você tem que ter capacidade de observar, de entender o que está acontecendo, de ter uma rede de informação, construir uma rede no território para você conseguir ter um diagnóstico mais preciso.

Marcia Terlizzi

As ocupações no centro das cidades realizadas por movimentos sociais de moradia requisitaram a atuação de assessorias técnicas para a elaboração de estratégias no sentido de permanecer nesses locais de origem. Essas ocupações também possuem a função de questionar o Estado e o mercado sobre a não utilização de determinados locais que são destinados para uma valorização financeira futura, num contexto em que uma grande parte da população não possui condições de moradia adequadas.

As formas do trabalho social com os movimentos de moradia são elaboradas de acordo com as situações que estão sendo vivenciadas por esses sujeitos sociais, com os aspectos que conformam os desafios, visto que os processos são complexos e cada movimento, ocupação ou grupo tem características distintas e enfrenta situações que possuem as suas particularidades, conforme apontado pela assistente social Cíntia Fidelis:

O trabalho social ele vai se construindo, ele vai sendo pensado a partir de cada situação, de cada projeto, e tem alguns elementos que se diferem de uma atuação para outra, o trabalho social pensado, elaborado no acompanhamento de projetos, de grupos que estão se organizando para a construção, seja ela

naquele formato de mutirão, em processos de autogestão, o trabalho social tem um contorno. Então eu costumo dizer que o trabalho social vai assumindo diversos contornos dependendo do campo de atuação. [...] Mesmo sendo na área da habitação, eu percebo o trabalho social bem diferente, por exemplo, na ocupação, nas ocupações, no acompanhamento de grupos que estão se organizando para resistência ou de pensar também estratégias de permanência, seja no território, nas ocupações na periferia ou na área central [...] é um trabalho que exige algumas características, tem um perfil, e o trabalho social no acompanhamento das ações judiciais, ele vai assumindo também um outro perfil de trabalho, o que eu quero dizer é que depende também a vinculação, a permanência, na relação com os grupos, se a gente tem um calendário, se a gente está tendo atividades permanentes, constantes com esse grupo, isso tudo faz diferença na execução do trabalho e na forma que a gente vai se vinculando aos grupos. Muitas vezes nas ações de reintegração de posse [...] a gente estabelece um trabalho social mais no acompanhamento da ação e de pensar algumas estratégias para conseguir permanência, seja temporária, ou uma permanência mais a longo prazo. Pode também passar a desenvolver com a comunidade algumas estratégias de organização no território, de mobilização, o trabalho vai assumindo mais esse caráter, muitas vezes o grupo passa a se organizar também na constituição de associação, [...] então o trabalho social vai trazendo esse suporte de apoiar e fortalecer a comunidade, o grupo, para viabilizar essas estratégias.

Cíntia Fidelis

Esse processo de compreensão das diferenças entre os contextos dos movimentos sociais de moradia também é evidenciado pela assistente social Marcia Terlizzi em sua fala:

Então não existe modelo, [...] não existe um trabalho igual ao outro, cada um você vai atuar diferente porque é uma conjunção de características que envolvem desde todo o processo jurídico, de todo o processo de ocupação, de todo o processo de organização, não tem como não ser interdisciplinar, não tem como, e não tem como ser de forma não dialogada, sem mediação, não tem, fora isso não é atuação, é burocracia, só burocracia.

Marcia Terlizzi

A profissional enfatiza que, para uma atuação comprometida com os sujeitos sociais, é fundamental o trabalho interdisciplinar, a partir do entendimento que as situações são repletas de questões e as diferentes profissões contribuem para uma melhor formulação e acompanhamento das estratégias propostas.

Eu diria que nunca foi possível trabalhar de forma que não fosse interdisciplinar, [...] ele basicamente era constituído, obrigatoriamente, não tinha como não atuar, por uma equipe de arquiteto, assistente social e advogado, não tem como você atuar no conflito se você não tiver as três disciplinas trabalhando junto.

Marcia Terlizzi

O trabalho interdisciplinar é essencial para romper com uma ideia de separação de conhecimentos e exige das/os profissionais uma abertura para a participação no processo. Tanto essas/es profissionais quanto os movimentos de moradia dialogam e realizam um intercâmbio de saberes e práticas. Esse conjunto de conhecimentos fornece subsídios para a leitura da constituição da ocupação, do território, dos movimentos sociais, com vistas a ampliar as possibilidades de permanência das famílias nesses espaços.

Eu punha isso em todos os relatórios, cotas, que o objetivo é o combate, trabalhar para que nenhum direito seja violado. Nenhum direito: direito à vida, direito à moradia... então você tem que trabalhar nesse sentido, [...] você tem que conhecer Direito urbanístico, Direito imobiliário, tudo isso, porque se aquele cidadão tem condições plenas de regularização fundiária, se existe, aí você tem que ter um advogado para verificar que aquela oposição, aquele processo de reintegração aconteceu depois do direito já adquirido. Tem muita gente com o usucapião que tem reintegração de posse e pode defender a sua posse a partir do usucapião, então você precisa de um advogado para entender; você precisa entender se aquele território tem problema ambiental, se for uma ZEIS, ou se for um zoneamento que permite, que não tem uma área de risco... você tem que entender o território, estudar, como é aquela configuração, se ele não está pegando ambientalmente frágil, não é área de risco, se é um zoneamento que permite, você tem todas as condições de permanência, então aquelas famílias que estão lá têm direito de lá permanecer.

Marcia Terlizzi

Outro desafio que está presente nas situações de ameaças de remoções forçadas, é a questão de uma preponderância do processo jurídico ou judicial sobre os demais aspectos que compõem essa realidade. Apesar da importância que tem para os rumos de uma determinada ocupação, ele não pode ser visto isoladamente. Nesse sentido as/os assistentes sociais também exercem esse papel de evidenciar a dimensão política dos processos de ocupação e como a organização social tem a potencialidade de impactar nas decisões judiciais.

Eu penso que essa questão ela é bem importante porque muitas vezes a gente vai enfrentando, no acompanhamento dessas situações, uma expectativa muito grande da população, na questão jurídica, então a gente vai percebendo que é como se o envolvimento, o acompanhamento jurídico, o aspecto jurídico, ele tem essa capacidade de definir, tem um peso maior, vamos dizer assim, e aí a gente vai percebendo maior dificuldade na questão da mobilização e da organização das famílias para pensar também outras estratégias para além da defesa jurídica em si, ou melhor, assim, o quanto que outras estratégias de organização, de mobilização, elas podem também contribuir na argumentação jurídica. Então, por

exemplo, elaborar estudos, pensar também levantamento social sobre as informações das famílias tem um peso importante, mas isso também requer um trabalho anterior, que antecede muitas vezes a definição em si da ação, mas que pode também contribuir para trazer outros elementos, outras informações que podem inclusive ter um peso grande na argumentação, na defesa jurídica e muitas vezes até definir a permanência por um prazo maior das famílias, então os conflitos que a gente vai enfrentando estão no lugar da gente ir desconstruindo também com as famílias de que a situação judicial, o processo judicial, ele vai dar conta de resolver todas as questões? Então nesse processo a gente vai construindo o entendimento de que a articulação, a mobilização dos grupos e a participação desses grupos em outras instâncias coletivas de luta, [...] por exemplo, de levar esses grupos para redes que já estão construídas, apresentar também para outros grupos que estão passando por essas situações, não é simples, é um trabalho bem de formiguinha que a gente vai sensibilizando, vai mostrando que quanto mais esse grupo estiver articulado no território, estiver participando, estiver buscando outros elementos, a gente acaba ampliando as chances de conseguir reverter uma decisão judicial e a própria capacidade de resistência daquele grupo, porque tem uma contradição que ao mesmo que é a decisão judicial, que estabelece a permanência ou não do grupo, mas para a gente chegar nessa decisão judicial a gente precisa também fazer toda uma caminhada organizativa de mobilização dessas famílias.

Cíntia Fidelis

Para buscar a permanência no local é preciso construir uma compreensão coletiva acerca da questão do território. As famílias estão vivendo e construindo relações e vínculos em um determinado lugar, e esse processo se torna fundamental para que os sujeitos sociais se apropriem politicamente desses espaços e que possam elaborar projetos em torno da garantia do direito à moradia no centro da cidade.

Porque elas estão morando nesse território, no espaço ou na ocupação, durante todo esse processo as pessoas estão vivendo, são territórios de vivência, elas estão interagindo, elas estão construindo relações e estão construindo também uma interação territorial que vai trazer determinações para a vida das pessoas, por exemplo nas ocupações aqui na área central, a gente vem desenvolvendo uma série de trabalhos e de levantamentos e estudos para comprovar que é possível tornar essas ocupações em espaços permanentes de moradia, com melhorias, com investimento também do poder público, e que as próprias famílias durante todo esse processo, elas também vão melhorando esses espaços. Isso não é só do ponto de vista do espaço físico, de melhorar a questão da habitabilidade, mas também existe uma melhora na qualidade de vida, no acesso aos serviços, no acesso ao trabalho, de ter uma qualidade de vida superior por exemplo a famílias que estão na periferia, em ocupações, por exemplo, ou em áreas de ocupações na periferia, e que vivenciam essa busca, longas jornadas de deslocamento, então as dificuldades que a gente vai enfrentando na relação com o movimento são as dificuldades da própria mobilização mesmo, da organização dos trabalhadores e das trabalhadoras de entender que é por meio da luta coletiva que a gente vai conseguir também dar visibilidade para essas situações, para essas experiências, para aquilo que está acontecendo no território, e ampliar nossa capacidade de interlocução, seja na ação judicial, mas

na interlocução com o poder público, por exemplo, de demonstrar a própria capacidade de organização dos movimentos, então sempre é um esforço coletivo da gente ir tentando construir esse caminho de resistência, mas de não ficar só na dependência da ação judicial em si.

Cíntia Fidelis

Esses trechos reforçam a perspectiva que os movimentos sociais atuam na transformação de espaços ociosos através da ação coletiva construída em espaços de convivência e fortalecem a luta política para a ampliação do direito à cidade. As reivindicações se estendem para o entorno das ocupações, potencializando um movimento de organização popular ampliado.

[...] Como é o caso dos prédios do centro, eles querem permanecer, fazer o projeto lá de *retrofit*, de permanência, projeto habitacional; ocupam para virar casa, ocupam para virar igual o caso do Cambridge, então a reivindicação principal é transformar aquele prédio ocioso em moradia, essa talvez seja reivindicação mais legítima de todas, já que não está cumprindo a função social, eles vão lá, ocupam, transformam o lugar que estava ocioso. [...] Eles vão lá reformam, limpam, fazem lá uma moradia, eles estão primeiro fazendo o papel do Estado, que é fornecer moradia por eles mesmos, então nada mais justo que o Estado retribuir, o poder público retribuir e construir um projeto para aquela área. Tem agora começando também o Prestes Maia, muitos outros; o São Francisco, vários outros em São Paulo que também devem seguir. Como principal reivindicação para o movimento organizado que luta por moradia é transformar a ocupação em projeto habitacional, se é horizontal a urbanização e regularização fundiária, se é vertical o *retrofit*, construir moradia, essa é a principal [demanda] das ocupações organizadas.

Marcia Terlizzi

Essa dimensão de propor alternativas para as áreas centrais que estavam ociosas, por meio da reforma de prédios já existentes na cidade, mas que não estavam cumprindo sua função social, também foi apontada por Cíntia, evidenciando que as políticas habitacionais não devem ser reduzidas apenas à produção de unidades habitacionais em localidades distantes da região central. Nesse sentido os movimentos sociais de moradia estão reinventando possibilidades para a população que historicamente não acessa esse direito.

No trabalho com as ocupações que a gente vem desenvolvendo com assessoria, o trabalho ele se dá tanto para a gente pensar alternativas, outras alternativas, ou pensar na reforma de prédios, ou pensar em outras estratégias, como a gente vem desenvolvendo atualmente com projetos de melhorias nas ocupações, de pensar como que, primeiro de entender esse prédio, de entender quais são os pontos, em que nível que a gente está falando... é um prédio que dá para

reformular e que as famílias podem continuar morando, aplicando algum nível de investimento? E de tentar construir um plano que a gente possa dialogar também com o poder público, porque a ideia é que a gente consiga pensar outros programas, a não ser programas de construção de novas moradias, mas que a gente possa pensar alternativas também para a área central, em prédios que já estão ocupados por famílias já há muitos anos, que as famílias vêm se organizando e vivendo nesses espaços.

Cíntia Fidelis

As ocupações são estratégias utilizadas como uma das últimas formas de responder à necessidade habitacional, são processos que envolvem diversos componentes e conflitos por se constituírem como momentos de instabilidade e insegurança em diversos sentidos.

Essa atmosfera de tensão e de indeterminação permanece para muitas outras ocupações e comunidades que estão passando, já passaram ou passarão por essa situação. São momentos de apreensão, angústia, revolta, impotência, indignação e violência que marcam a trajetória dessas populações circulantes que constroem suas vidas em territórios em disputa e/ou ameaçados de remoção. Esses episódios são momentos vividos como, para usar os termos dos movimentos, de vida ou morte. E a cidade foi e vai se construindo na sucessão dessas várias e silenciosas batalhas de vida e morte, travadas pelos cantos, barracos, vilas, vielas, assentamentos e prédios ocupados de São Paulo (SANTOS, 2019, p. 801).

Por meio da atuação profissional no cotidiano com os movimentos sociais de moradia, temos a possibilidade de articular essa esfera com a dimensão ampliada dos interesses presentes na sociedade e fortalecer um projeto de cidade com a participação efetiva dos sujeitos sociais nos processos decisórios. As respostas são construídas coletivamente e estão em sintonia com as possibilidades reais.

Em algumas situações que a gente vem acompanhando, tanto no trabalho que a gente desenvolve com a assessoria técnica, como por exemplo na atuação junto ao Gaspar Garcia, que é uma atuação mais dirigida ao acompanhamento dos conflitos e das ações judiciais, o que tem em comum nos dois campos de atuação é de trabalhar com as situações reais, da gente não criar falsas expectativas também, de trabalhar com a população dentro de algo que é possível realizar, e que a gente vai trabalhar sempre com os limites, achar que a gente pode também trazer respostas para resolver não é verdadeiro, então a gente não tem essa capacidade obviamente, mas a gente vai trabalhando as questões de uma forma coletiva de demonstrar e de apontar caminhos possíveis para a gente construir estratégias que possam resultar ou num atendimento para a família ou para viabilizar um atendimento que seja temporário, por exemplo em algumas situações de remoções, viabilizar atendimento, que seja no auxílio aluguel, mas

que a gente possa garantir esse atendimento para a família. Então no Gaspar Garcia a gente trabalha bastante essa perspectiva quando a gente entende que não tem nenhuma outra possibilidade, de tentar garantir um reconhecimento do direito das pessoas.

Cíntia Fidelis

Esse processo de trabalhar com as famílias por meio de informações concretas também foi apontado pela assistente social Marcia Terlizzi, considerando que esses grupos estão em condições de insegurança em diversos aspectos e muitas vezes são oferecidas expectativas que não têm uma base real. Em uma realidade desafiadora, esse trabalho em conjunto fortalece a perspectiva de uma forte construção de vínculos entre as famílias que compõem o movimento e as/os profissionais que realizam a assessoria.

As relações com os movimentos sociais nos conflitos fundiários, tem que ser, primeiro, aberto, diálogo, [...] e ter junto consigo uma boa qualificação técnica, uma boa equipe técnica para dar suporte nessa defesa. [...] Boa parte das vezes, por mais surpreendente que isso seja, boa parte das vezes a única [demanda] que as pessoas querem é a verdade, só falar a verdade. [...] Fala assim: — Cidadão, é isso e isso. — Puxa, obrigada por você vir aqui falar isso para mim, você sair daqui para falar isso para mim. O fato de você ir lá e conversar com ele, contar para ele a verdade, é só o que ele quer.

Marcia Terlizzi

Quando este trabalho é realizado com base no histórico, interesses e necessidades apresentados pelas famílias, as/os profissionais fortalecem os instrumentos de garantia da permanência nesses territórios. Esses elementos subsidiam argumentos aprofundados que são importantes nos processos de conflitos fundiários.

Inclusive nesse caso que a juíza me chamou, a gente foi lá, e o cara nem era dono, era grileiro, as famílias estavam há muito mais tempo e a gente fez todo o relatório, fizemos todo o estudo fundiário, fizemos o estudo do território, fizemos o estudo da ação, fomos lá, fomos conversar, fizemos o relatório para a juíza, [...] porque ela ia julgar uma coisa sem o mínimo de conhecimento. Então, olha quanto direito iria ser violado, a gente ia tirar gente de terra, sendo que quem ia tirar não tinha o mínimo de direito sobre aquele território.

Marcia Terlizzi

Em situações em que a remoção é inevitável, após esgotadas todas as alternativas, existem algumas medidas a serem encaminhadas pelas/os

profissionais. As particularidades e singularidades das situações também precisam ser observadas de forma cuidadosa, como apontado em:

Então, antes você tem que fazer tudo isso que eu falei, esse diálogo, você tentar identificar quais são os direitos e evitar tirar uns, tirar outros, você deve procurar se organizar – Olha, preparem-se! –, o que você tem aí que vocês podem se cotizar, para sair, quais as soluções que vocês podem ter coletiva para a saída, já que não tem como evitar, que tipo de organização que vocês têm que possam pleitear um projeto coletivo, vocês se cotizarem e comprarem um terreno, ou qualquer outra coisa assim, buscar soluções, indicar alguns casos muito graves para a assistência cuidar, acolher porque não tem realmente condição. Às vezes você precisa abrir uma vaga, às vezes você precisa de recorrer. Houve uma reintegração de posse, por exemplo, muito *suis generis*, onde boa parte eram imigrantes, você tinha que recorrer ao CRAI, você traz o CRAI para fazer todo o trabalho com migrante de cadastramento, de acolhimento, você tinha que trazer tradutor, porque tinha muita gente lá que não falava português, [...] falava francês ou inglês, então você tem que trazer alguém antes para conversar, explicar, informar, distribuir informativo, tem que informar ao máximo, fazer todo o trabalho para que todos os cidadãos que estão lá, que vão sofrer o processo de remoção, estejam cientes do que está acontecendo e capazes de buscar algum tipo de solução, internamente buscar também alguma forma de auxiliar. Pega a rede que você conhece – você tem uma associação aqui, uma associação ali –, várias formas de você acolher aquela moradia. Você recorre a outros movimentos: “Olha, será que vocês não podem absorver nas ocupações boa parte?” Você tem que fazer todo trabalho para dar uma solução, para que a saída seja o menos traumática possível, quando é inevitável.

Marcia Terlizzi

Sobre esse processo do trabalho profissional de assistentes sociais em situações de remoções forçadas, compreendendo os períodos que antecedem e aqueles que são posteriores, Cíntia traz importantes contribuições:

O trabalho que antecede, o trabalho que a gente vai construindo com as famílias de orientação, na situação do processo, de entender como que essa ação está sendo estabelecida, o que está sendo pautado e quais são os caminhos que a gente pode construir na defesa judicial, requer ações bem importantes assim na atuação do trabalho social, porque é o momento que a gente passa a ter bastante relação com essas famílias, são momentos, a maioria das vezes, que requerem uma organização para entender quem são essas famílias, de identificar essas famílias, de reunir documentos, provas, ou da permanência, mas a gente tentar elaborar, construir uma organização, uma relação, porque o que ocorre muito nas ações é que até acontece um comprometimento do poder público em algum atendimento, mas depois da decisão judicial e da consolidação, por exemplo, da remoção tem um desfazimento assim do acordo, então perde-se o contato com as famílias, acontece uma dispersão das famílias no território, se essas famílias não estão vinculadas a um movimento organizado sempre é muito mais difícil a gente acessar, manter o contato, então a intenção do trabalho no Gaspar Garcia, por exemplo, é que a gente possa também desenvolver um trabalho de formação, de orientação mais permanente com esses grupos. Então o trabalho social ele vai assumindo bastante esse caráter de fortalecimento da

organização e da mobilização, se não é um movimento que é organizado, ou que está vinculado por exemplo a alguma organização, uma entidade mais ampla, a gente tenta fazer essas articulações, justamente para preservar esse caráter coletivo e essa mobilização do grupo. Então em algumas situações isso não é possível, a gente continuar com um trabalho depois de uma decisão judicial não favorável para permanência, por exemplo, mas a gente consegue construir uma referência, seja no Gaspar Garcia, que é um local muito reconhecido pelas pessoas, dificilmente a gente perde esse trabalho, a gente continua acompanhando de alguma forma, continua orientando essas famílias a buscarem os espaços coletivos, ou os movimentos organizados, ou outras organizações que as famílias possam ter alguma referência de organização e de continuarem aí a luta por moradia.

Cíntia Fidelis

A partir desse relato, é possível perceber que existem diferenças entre as ações profissionais em ocupações que estão ameaçadas e aquelas em situações de concretização das remoções. Enquanto a ocupação está constituída, o trabalho é direcionado para o fortalecimento das relações entre as famílias com o intuito de elaborar estratégias coletivas de permanência. Em circunstâncias de remoções, há uma importante articulação a se realizar com os demais movimentos sociais de moradia e ocupações, compreendendo que se essas relações estão fortalecidas as famílias possuem um maior campo de acolhimento e organização política, entretanto, como são processos intensos, alguns vínculos são desfeitos durante esses percursos.

O fazer profissional está completamente associado à realidade que vivenciamos. Pensando na esfera da questão urbana, coloca-se como fundamental a compreensão das forças que estão disputando a cidade. Em muitas ocasiões, o próprio órgão público está propondo projetos que atingem diretamente a população de baixa renda que reside em áreas centrais, uma apreensão minuciosa sobre essas investidas deve ser um dos elementos que direcionam a atuação profissional no diálogo e proposição de respostas em conjunto com as famílias que vivem em ocupações.

No Gaspar Garcia a gente vem acompanhando algumas comunidades que estão enfrentando processos de remoção por questões diferentes, então a gente tem comunidades que estão fortemente ameaçadas pela PPP, que são as Parcerias Público-Privadas que a prefeitura vem provocando remoções e realizando remoções com essa justificativa de revitalizar territórios, quando a gente sabe que isso é para atender ao mercado imobiliário e à iniciativa privada, então é uma produção privatista da moradia, e que inclusive nem atende às famílias, então nesse sentido o trabalho vai assumindo uma característica de ir orientando as famílias, de ir conversando, de ir construindo com as famílias estratégias de

resistência, mas de a gente ir também elaborando levantamentos, informações, processos internos que a gente consiga dar visibilidade para essas contradições, que elas não aparecem assim, sem que a gente se organize, se esforce, para que a gente consiga construir essas estratégias.

Cíntia Fidelis

A análise crítica acerca do território subsidia a atuação profissional. É necessário buscar formas de diálogo com os sujeitos sociais como meio de potencializar as estratégias coletivas e relações entre a população, reconhecendo a possibilidade de participação na sociedade, movimento que lhe é recusado cotidianamente.

É fundamental reconhecer e explicitar os conhecimentos da população acerca do território em que residem e produzem as suas resistências. Em muitos momentos não existe essa reflexão acerca de ações que são repletas de significados e potências. O fortalecimento do trabalho profissional junto aos saberes populares potencializa os usuários a se transformarem em sujeitos na produção do conhecimento (SILVA; FRANÇA, 2020). As leituras precisam ir além do apontamento dos serviços e equipamentos públicos presentes em determinada localidade e se aproximar das vivências, formas de organização, mobilização, solidariedade e proteção social da população em questão.

Esse debate nos provoca a pensar sobre as possibilidades e os limites do trabalho profissional de assistentes sociais junto aos movimentos sociais de moradia que estão enfrentando cotidianamente as diferentes formas de insegurança habitacional. A entrevistada Cíntia explicita ponderações essenciais sobre o tema, primeiramente contextualizando o momento contemporâneo e posteriormente abordando horizontes possíveis nessas relações profissionais com os sujeitos coletivos.

Em relação a essa questão sobre os limites e as possibilidades do trabalho, a gente acaba sempre destacando os limites, mas eu gosto de falar das possibilidades, porque eu penso que as possibilidades são inimagináveis, quando a gente pensa um cenário que a gente está vivendo hoje de esgotamento das políticas, de inexistência de uma política pública nacional, local, um esvaziamento, uma retração do Estado tão grande, e ao mesmo tempo a gente tem realizado tantas iniciativas importantes e que vão também fortalecendo estratégias, e ganhos, e resultados que a gente vem observando no território, a gente pensa que é muito importante falar das possibilidades, porque muitas vezes a gente pensa o trabalho social muito colado àquilo que a gente conhece, então há um programa x, Programa Minha Casa, Minha Vida, que foi uma grande referência, e pensar o trabalho social num cenário de terra arrasada, pensar

essas estratégias, é a gente se reinventar mesmo, de ir pensando junto com os grupos, junto com as pessoas – Qual é o caminho? Como que a gente constrói iniciativas e alternativas num cenário desses? Então a gente vem desenvolvendo parcerias, de tentar acessar alguns editais, de pensar algumas estratégias que possibilitem manter uma equipe técnica no território, de manter essa relação, de manter essa proximidade no território. Tem sido muito importante, tem sido hoje, eu vejo assim como uma questão fundamental, para a gente inclusive atravessar esse período que a gente vem vivendo, nesse contexto bastante crítico.

Cíntia Fidelis

Como evidenciado no relato, é fundamental explicitar as possibilidades do trabalho, considerando a conjuntura presente e os caminhos para o enfrentamento dos desafios que estão colocados, mas existem limites, como a ausência ou dificuldade de acesso às políticas públicas, o longo período no processo de construção e reforma de unidades habitacionais, fatores estes que geram uma série de questões que impactam nas formas de manter a organização coletiva.

Em relação aos limites eu penso que os limites para o trabalho social eles vão aparecendo, e o limite está sempre presente, por conta ou seja pela inexistência de um programa, ou pela dificuldade de acessar o programa, então a gente está sempre enfrentando essas questões, a gente acompanha grupos que estão há anos se mobilizando e se organizando para o início da obra, então tem situações, que a gente acompanha assim de grupos que estão há dez anos na situação que a gente chama de pré-obra, então a gente vai vendo que os tempos, esses limites, os tempos dessas etapas elas não são nada reais. Então a vida real, a vida vivida ali cotidianamente ela não cabe dentro de nenhum programa, então eu acho que esse é o primeiro limite que vai encontrando, então é um malabarismo de como manter, eu estou falando de um lugar, a partir de um ponto de vista da assessoria técnica, de como manter também equipe técnica, manter essa relação, num contexto desse, que o tempo das coisas estão muito distantes do que deveria ser, então é um desafio grande que a gente enfrenta, de a gente continuar a relação e de não perder o trabalho, de não perder esse processo construído com as famílias, de não perder essa organização, e que a gente possa ir potencializando essa organização.

Cíntia Fidelis

Ao passo que períodos prolongados trazem desafios para a atuação profissional, existe um tempo para o trabalho. Espaços curtos de tempo também dificultam a articulação com os sujeitos dos movimentos sociais. É importante considerar que a mobilização exige uma temporalidade, visto que as relações se constroem gradativamente.

Eu acredito, costumo falar que é importante também entender que é necessário um tempo para o trabalho social acontecer, a gente não consegue estabelecer uma relação, estabelecer o trabalho social num curto espaço de tempo. Um exemplo, se a gente for olhar para as experiências que a gente vem acompanhando no campo da provisão habitacional, a gente tem um, dois encontros com as famílias durante o mês, isso numa relação que está estabelecida de uma forma permanente; se essa relação ela está fragmentada, a gente tem uma perda muito importante assim do processo, dessa relação e isso vai resultando também numa desmobilização das famílias, a gente já tem assim a presença de uma resistência grande à participação, ao envolvimento, então esse é um limite importante, é um grande desafio para o trabalho social.

Cíntia Fidelis

Um dos caminhos possíveis para potencializar as relações com os sujeitos coletivos está justamente na compreensão das necessidades e articulação com outros movimentos e esferas que possibilitem uma construção de respostas para as demandas identificadas pelas/os profissionais.

Ao mesmo tempo a gente tem possibilidades de manter com esse grupo, de construir com esses grupos, com essas comunidades, ou nas ocupações, um trabalho social também vinculado a outras iniciativas, a questões que não estão diretamente vinculadas à questão ali da moradia, ou do processo judicial, mas que a gente passe a olhar também para outras dimensões das necessidades mesmo da população, de desenvolver outras iniciativas, de pensar a partir das necessidades, como que a gente pode trazer outros espaços, ou de trazer outras articulações, outras questões para esses lugares, que possam também preencher e de alguma forma, trazer essa equipe mais para perto, de ter essa permanência mais próxima do técnico nesses espaços, então é muito importante que o técnico, eu sempre destaco isso em todos os espaços e oportunidades que eu tenho, que eu entendo que a nossa atuação profissional ela precisa se dar numa dimensão coletiva, e é muito importante a vinculação aos espaços de luta, então eu não consigo entender o exercício profissional sem essa dimensão, a dimensão coletiva, então ou a gente vai estar vinculado a esses espaços por meio da vinculação técnica, no assessoramento ou no acompanhamento do processo judicial, mas a gente vai estar também vinculado por uma questão da militância, por uma questão das lutas coletivas, e esse reconhecimento e essa relação ela é muito importante para construir esse vínculo com os grupos, com os sujeitos que a gente trabalha, que a gente atua.

Cíntia Fidelis

A assistente social Cíntia fortalece a perspectiva da atuação profissional associada à dimensão política e na sequência aponta a relevância de defender o trabalho social junto aos movimentos sociais enquanto trabalho profissional, tendo em vista que para alguns grupos na sociedade essa vinculação seria tratada pelo viés do voluntariado e do assistencialismo, entretanto são relações de trabalho envolvidas nesse contexto.

O fortalecimento das relações no território é fundamental para pensar propostas de resistência aos processos de expulsão que afetam diretamente a população de baixa renda que está no centro da cidade, e também a articulação com serviços para buscar a efetivação de outros direitos sociais.

Eu acho que sempre é importante a gente destacar na atuação profissional, principalmente no trabalho social, que é um trabalho profissional. Primeiro é um trabalho profissional, tem essa dimensão, esse elemento. A importância de entender esse trabalho como um direito, e que a gente possa fazer também uma relação no território e construir interações com outras políticas também, de entender e reconhecer esse território para além do campo ali da moradia, na nossa área mais específica de atuação, porque eu penso que é nessa ampliação que a gente consegue potencializar o trabalho, que a gente consegue também construir pontes para que esse grupo possa também alcançar o reconhecimento ou o acesso a outros serviços, a outros direitos, e a se movimentar no território também, de uma outra forma, de modo a potencializar a própria permanência territorial, hoje a gente vem enfrentando também questões de outras forças no território, por exemplo, que esses movimentos possam construir a sua própria organização, não pautar somente pelo seu projeto em si, estou querendo dizer que, por exemplo, o movimento que está no fundão da sul, no extremo sul, tentando viabilizar o início da construção do seu projeto, ele precisa também se entender nesse território, entender esse território e interagir com esse território, para que esse território também reconheça esse sujeito, e que essa atuação ela ultrapasse os muros ali dos limites do terreno ou ali da inserção em si, que a gente possa sempre ampliar e a construir outras relações ali no território.

Cíntia Fidelis

A disputa pelo direito à cidade se faz a partir dos conflitos de classe, compreendendo que as cidades são espaços de confronto entre o capital e o trabalho. As formas de resistência da população são diversas e reivindicam uma cidade em que todas as pessoas possam participar e decidir, contrapondo uma concepção de cidade em que poucos decidem e que o capital internacional direciona os rumos do urbano.

Não é um direito meramente formal e restrito ao ordenamento capitalista, mas uma proposta que pressupõe a própria supressão da sociedade de classes, da propriedade privada e dos interesses capitalistas, uma sociedade que tenha nas cidades os meios e as possibilidades de expansão das potencialidades dos sujeitos sociais.

O trabalho profissional de assistentes sociais está colocado nessa arena de disputas pelas reproduções do capitalismo e das condições de vida dos trabalhadores. Compreender a funcionalidade do instituto jurídico da propriedade

privada nesse contexto é fundamental para os profissionais que atuam nas políticas urbanas e habitacionais.

Como direcionar o exercício profissional para contribuir com os interesses dos trabalhadores numa conjuntura tensionada pela centralidade da propriedade privada, criminalização da pobreza e reordenamento neoliberal do Estado, expresso na restrição orçamentária relacionada às políticas sociais é um dos desafios que estão presentes para o Serviço Social na contemporaneidade.

Coloca-se a importância de desvendar as requisições conservadoras que procuram no Serviço Social uma maneira de controlar a população, como forma de questionamento daquilo que está posto, e para o fortalecimento do trabalho social em conjunto com a população e os movimentos sociais através da organização popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de tecer algumas considerações acerca de um dos principais desafios para a realização deste trabalho, que foi a questão de estudar e escrever em meio a um período pandêmico (Covid-19), marcado por diversas incertezas em relação à dimensão que tomaria essa situação de saúde pública, às formas de evitar o contágio e aos impactos decorrentes da disseminação do vírus.

Em todo esse momento enfrentamos um desgoverno em âmbito federal que contrariava as medidas construídas no âmbito da ciência, propagava o ódio e causou a morte de milhares de pessoas, uma forte expressão da necropolítica desses agentes reacionários que estão em cargos e esferas importantes da administração pública e da classe dominante.

Nesse período de investidas contra a vida, os movimentos sociais realizaram importantes embates e articulações no sentido de garantir o direito à moradia, enquanto uma das condições para a existência das famílias, conquistando a suspensão dos despejos e reintegrações de posse durante a pandemia. Entretanto, não foi possível refletir no interior desta pesquisa de maneira aprofundada sobre essas movimentações, compreendendo que essa questão estava em constante mudança, dificultando uma análise detalhada e cautelosa a respeito desse avanço na pauta dos direitos sociais.

Entendemos que essa elaboração provocada pelos movimentos populares denuncia a gravidade desses processos de violências e violações, alargando as possibilidades de enfrentamento das remoções nesse período de crise sanitária, mas também para além dessa conjuntura, constituindo uma referência para as lutas urbanas no país.

No âmbito metodológico desta dissertação, nosso objetivo foi compreender e aprofundar o debate sobre o trabalho profissional de assistentes sociais junto a movimentos sociais de moradia que enfrentam remoções forçadas, partindo de uma pesquisa bibliográfica acerca dos fundamentos históricos e políticos da conformação das cidades brasileiras e suas particularidades na cidade de São Paulo.

Realizamos entrevistas compostas por roteiros de questões abertas com duas lideranças de movimentos de moradia e duas profissionais que possuem atuação em ocupações na região central da cidade, analisamos qualitativamente o

conteúdo das entrevistas articulando com as questões propostas pela pesquisa e os resultados proporcionaram uma contribuição essencial para a apreensão acerca das formas de resistência construídas pelos movimentos de moradia frente às violações urbanas, das múltiplas dimensões dos impactos das remoções forçadas e de como as/os assistentes sociais materializam o exercício profissional mediado por esse conjunto de elementos.

Iniciamos o trabalho discorrendo sobre os conflitos urbanos, tensões e confrontos que estão relacionados aos interesses contraditórios das classes sociais, com uma importante função atribuída à propriedade privada e aos mecanismos jurídicos e políticos de manutenção das desigualdades sociais, em contraposição às necessidades básicas de sobrevivência da população.

Foi possível observar um processo sistemático de expulsão da população de menor renda dos centros das cidades para as periferias e para locais de infraestrutura precária ou inexistente. Esse processo é provocado por uma série de fatores que obedecem aos interesses da classe dominante pela mercantilização dessas áreas.

Os esforços realizados por essa classe são orientados para mascarar as violações que fazem parte de um projeto de cidade capitalista, em que as narrativas são direcionadas para uma suposta melhoria das condições na região central, entretanto são ações que visam à extração de lucro e à mudança do perfil socioeconômico das pessoas que convivem nesse espaço urbano, provocando impactos diretos na vida de segmentos da classe trabalhadora com maior grau de precarização.

Durante o período de busca por materiais que contribuiriam com a fundamentação da pesquisa, defrontamo-nos com a dificuldade de encontrar uma sistematização de dados e informações oficiais sobre as remoções forçadas. Esse é um dos aspectos que dificultam o dimensionamento e o enfrentamento da questão.

No decorrer do trabalho, abordamos a importância de compreender a formação sócio-histórica da realidade brasileira e das expressões na cidade de São Paulo, defendendo a perspectiva de articulação entre as relações das desigualdades de raça, classe, gênero e fundiária, como elementos fundantes desse processo.

Ao passo que a classe dominante produz formas de explorar a população, em específico no contexto dos conflitos urbanos, a população negra e de menor renda contestou essas tentativas em diversos períodos da história, desde o escravismo com a organização dos quilombos, passando pelas formas encontradas de moradia em favelas e nos cortiços, buscando maneiras de preservar culturas, valores, costumes, significados e, no limite, a vida.

Perante essa realidade marcada por expulsões sucessivas, os movimentos sociais de moradia constroem instrumentos de resistência, como são as ações de ocupação de prédios ociosos no centro da cidade, que podem ser compreendidas também como uma retomada pela população negra e de parcelas da classe trabalhadora que tradicionalmente residiam nesses espaços, denunciando a desigualdade social e reivindicando outras formas de direcionamento do urbano.

Nesse sentido, o centro de São Paulo se coloca como lugar constituído por disputas de projetos antagônicos de cidade, com uma intensificação das remoções forçadas nas últimas décadas devido à conjuntura neoliberal, demarcada por ideias de mercantilização das cidades em um circuito de competição internacional.

A contribuição das lideranças que participaram da pesquisa foi importante para fortalecer uma perspectiva histórica sobre a questão urbana no Brasil e na cidade de São Paulo e como os movimentos sociais enfrentam cotidianamente as violações impostas pelas remoções forçadas.

A lógica que os conflitos fundiários obedecem nessa realidade provoca uma série de impactos para a população e para os movimentos sociais. Esses rebatimentos foram relatados pelas lideranças como profundos e de diversas ordens – física, psicológica, social –, referentes aos aspectos de relação no território, ao rompimento de vínculos construídos pelas famílias, à sensação constante de insegurança quanto à perspectiva de presente e futuro, afetando diretamente a condição de existência desses sujeitos sociais.

Historicamente o trabalho profissional de assistentes sociais em situações de conflitos fundiários esteve associado às intervenções estatais e suas requisições no sentido de convencimento e desmobilização da população para a saída de áreas de interesse do poder público, por vezes influenciado pela esfera do mercado imobiliário e, também, por justificativas superficiais referentes a situações de risco.

Na bibliografia consultada sobre o percurso do trabalho social na habitação, identificamos que houve a inserção de assistentes sociais em esferas relacionadas

à questão da moradia nos espaços urbanos desde as primeiras décadas que marcaram a gênese da profissão, desempenhando ações que eram caracterizadas por convocações de cunho moralizante e de ajustamento da população trabalhadora ao ideário capitalista. Entretanto, nas décadas seguintes, essas práticas foram questionadas e desenvolveram-se outras perspectivas de atuação, fomentando uma perspectiva coletiva e crítica junto aos sujeitos sociais.

Dessa forma, identificamos duas inflexões fundamentais ao longo da atuação do serviço social no espaço citadino. A primeira, que marca o contexto da emergência e desenvolvimento do processo de industrialização [...] corresponde ao trabalho profissional de caráter tutelar realizado através da viabilização de serviços concretos e ação educativa na perspectiva disciplinadora. [...] A segunda inflexão na prática do Serviço Social é observada, desde a década de 1960, [...] através do Movimento de Renovação do Serviço Social. [...] Nesse contexto, a ação profissional passa a se articular aos movimentos sociais, visando o fortalecimento dos projetos e lutas das classes populares na sociedade (GOMES, 2015, p. 1-2).

Podemos indicar que, durante os anos de 1960 e 1980, ocorreu uma importante conjunção de fatores pertinentes ao gerenciamento de uma das profundas crises cíclicas do capital, precarização das condições de vida e trabalho respondida por meio da exponenciação de reivindicações populares por melhorias urbanas, movimentos pela redemocratização do país e reconceituação profissional que contribuíram para uma aproximação e possibilidade de atuar na assessoria aos movimentos sociais, fortalecendo o compromisso com os interesses da classe trabalhadora.

As profissionais participantes da pesquisa defenderam a importância da atuação em conjunto com os movimentos de moradia e as potencialidades de trabalhar questões como a organização social e política, refletir criticamente sobre a realidade brasileira e sobre os aspectos que conformam a questão urbana e contribuir para a garantia do direito à moradia no enfrentamento aos interesses especulativos do mercado imobiliário, desconstruindo posturas verticalizadas que, em muitas ocasiões, advêm de órgãos externos e desconsideram a realidade das famílias.

O processo de conhecimento acerca das formas de organização dos movimentos sociais perpassa por compreender as relações existentes, visto que esses espaços possuem trajetórias, saberes e práticas construídas coletivamente.

Nesse sentido, mostra-se como fundamental uma posição baseada no respeito e que compreenda esses processos para o fortalecimento dos movimentos, contribuindo na proposição e definição de ações segundo o contexto em que estão inseridos.

A/O profissional precisa estar atenta/o às questões conjunturais do período, realizar as mediações necessárias entre a leitura macrossocietária e as situações apresentadas no cotidiano, apreender o histórico e as formas de enfrentamento dos movimentos sociais, para que esses elementos subsidiem a elaboração de propostas em conjunto com os sujeitos, visando à efetivação das intervenções.

A atuação profissional em movimentos sociais de moradia que enfrentam as remoções forçadas requisita uma compreensão histórica e crítica acerca da questão urbana e propicia uma diversidade de horizontes no trabalho com os sujeitos coletivos, demandando o fortalecimento de dimensões inerentes ao trabalho profissional crítico como a investigação, enquanto capacidade de conhecimento e intervenção sobre a realidade, e a ético-política comprometida com os princípios da liberdade, da autonomia, da emancipação e da plena expansão dos indivíduos sociais (CFESS, 2012).

O trabalho interdisciplinar se coloca como fundamental para a compreensão dos múltiplos fatores que conformam a realidade social e sobre a importância da atuação em composição com profissionais de outras áreas do saber, entendendo que o conjunto desses conhecimentos amplia os caminhos do trabalho com os movimentos de moradia, expressando um dos princípios do Código de Ética do/a assistente social: “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as” (CFESS, 2012, p. 24).

Defendemos a necessidade de apreender o território como uma construção social e trabalhar a partir desse conceito com os sujeitos dos movimentos de moradia, como uma das formas de ampliar a luta pela permanência na região central da cidade, tendo em vista que são esses agentes que transformam, ao mesmo passo que são transformados e usufruem cotidianamente desse espaço, e precisam ser compreendidos em sua integralidade, como seres sociais.

As ocupações no centro da cidade de São Paulo, e que poderíamos estender a outras grandes cidades com as devidas mediações, expressam um significado político porque questionam a efetivação do direito constitucional à moradia, os

processos sistemáticos de expulsão da população de menor renda e negra dos espaços valorizados pelo mercado e apresentam propostas contra hegemônicas de ocupação dessas áreas que estão em constante conflito.

Compreendemos que existem questões e reflexões em aberto para avançarmos nos estudos e debates sobre o trabalho profissional de assistentes sociais junto aos movimentos de moradia em situações de remoções forçadas, mediante os desafios de elaboração de propostas profissionais em um período de avanço do conservadorismo, redução das políticas sociais, naturalização dos efeitos perversos de ajustes neoliberais, agravamento das condições de vida, financeirização das cidades e criminalização das lutas populares.

No escopo desta dissertação, buscamos realizar uma pesquisa comprometida com os princípios ético-políticos construídos pela categoria, defendendo a importância do trabalho de assistentes sociais perante uma condição que afeta parcela significativa da população que compõe a classe trabalhadora na contemporaneidade.

Finalizo com as palavras de Antônia sobre a relevância de compartilhar suas vivências para o fortalecimento das lutas pela garantia da moradia e pelo direito à cidade.

Eu gosto que as nossas histórias se multipliquem, que elas caminhem, que elas andem. E, cada canto que vocês colocarem nossas histórias, mais elas vão se fortalecendo, as pessoas lendo, compreendendo. São essas pessoas que num futuro bem próximo com certeza vão vir para agregar às nossas lutas, em defesa desses direitos e da não violação de direitos.

Antônia Nascimento

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Helena Elpidio. **Território, política social e serviço social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo**. Campinas: Papel Social, 2016.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARAGÃO, Thêmis Amorim. **A financeirização da moradia no Brasil: a cidade como direito ou mercadoria?** 2016. Disponível em: <https://diplomatieque.Org.br/a-financeirizacao-da-moradia-no-brasil-a-cidade-como-direito-ou-mercadoria/>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- BAPTISTA, Myrian Veras. Pesquisa social, prática profissional e interdisciplinaridade. **Emancipação**, v. 10, n. 1, p. 395-410, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5212/Emancipacao.v.10i1.395401>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. *In*: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de Lima. **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.
- BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecchi, 2012.
- BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 27 fev. 2023.
- CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEAD/UnB, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação de assistentes sociais na política urbana: subsídios para reflexão**. Brasília: CFESS, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-SubsidiosPoliticaUrbana-Site.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. 2005. Disponível em: <https://cidadesparaquem.org/textos-acadmicos/2005/8/21/a-cidade-para-poucos->

breve-histria-da-propriedade-urbana-no-brasil. Acesso em: 27 fev. 2023.
[Publicado originalmente nos Anais do Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização” – Unesp Bauru e Sesc Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005.]

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em:
<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2011.815022>. Acesso em: 5 mar. 2023.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Trajetória histórica do Serviço social e políticas urbanas: retorno a práticas de apoio à remoção de moradores de favelas? **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História (Lugares de historiadores: velhos e novos desafios)**, 2015. Disponível em:
http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427799038_ARQUIVO_SimpósioNacionaldeHistoria2015.pdf. Acesso em: 5 mar. 2023.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classe em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, v. 2, n. 6, p. 6-35, 1982. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4854784/mod_resource/content/0/HARVEY%20David.%20O%20trabalho%20e%20o%20capital%20e%20o%20conflito%20de%20classes%20em%20torno%20do%20ambiente%20constru%C3%ADdo%20nas%20sociedades%20capitalistas%20avan%C3%A7adas.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023.

IAMAMOTO. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2001.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

LACERDA, Larissa; HARKOT, Marina; SANTORO, Paula Freire; ALHO, Isabella Berloff; BRITO, Gisele. Despossessão, violência e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções. *In*: MOREIRA, Fernanda Accioly; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula Freire (orgs.). **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares: observatório de remoções** – Relatório bianual 2019-2020. São Paulo: Raquel Rolnik, 2020. p. 148-

79. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1FNN4NpB7moCNEDKuJqK-TmW5IOjI16Cw/view>. Acesso em: 27 fev. 2023.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 27 fev. 2023.

LÖWY, Michael. Teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actuel Marx**, Paris, n. 18, p. 73-80, 1995. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-1-06.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARINO, Aluízio; MENDONÇA, Pedro Henrique Rezende; ALHO, Isabella Berloff; SÁ, Júlia do Nascimento de; CASTRO, Ulisses Alves de. Observatório de remoções: múltiplos métodos para mapear o invisível. *In*: MOREIRA, Fernanda Accioly; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula Freire (orgs.). **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares: observatório de remoções – Relatório bianual 2019-2020**. São Paulo: Raquel Rolnik, 2020. p. 32-53. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1FNN4NpB7moCNEDKuJqK-TmW5IOjI16Cw/view>. Acesso em: 27 fev. 2023.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. Trabalho alienado, propriedade privada e comunismo (Manuscritos econômico-filosóficos de 1844). *In*: NETTO, José Paulo (org.). **O leitor de Marx**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MILANO, Giovanna Bonilha. **Conflitos fundiários urbanos e Poder Judiciário: decisões jurisdicionais na produção da segregação socioespacial**. 2016. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/44636>. Acesso em: 27 fev. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-6, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Acesso em: 27 fev. 2023.

NETTO, José Paulo (org.). **O leitor de Marx**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do Direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. **Serviço social, estado e desenvolvimento capitalista**: (im)possibilidades neodesenvolvimentistas e projeto profissional. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17645>. Acesso em: 5 mar. 2023.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da; ARREGUI, Carola Carbajal (orgs.). **Trabalho social, territórios e moradia**: a construção do direito à cidade. São Paulo: Veras, 2018.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi (orgs.). **Serviço Social e trabalho social em habitação**: requisições conservadoras, resistências e proposições. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Questão habitacional no território: sobre soluções para a acumulação na racionalidade burguesa. **Textos & Contextos**, v. 11, n. 2, p. 376-89, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/11956/8644>. Acesso em: 27 fev. 2023.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Sísifo e sua pedra: reflexões sobre o “direito à cidade” no Brasil em tempos de financeirização. **Revista de Direito da Cidade**, v. 8, n. 3, p. 1137-56, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rdc.2016.22537>. Acesso em: 27 fev. 2023.

PITTA, Fábio Teixeira; MARIANA, Fernando Bomfim; BRUNO, Lúcia Emília Nuevo Barreto; SILVA, Rodrigo Rosa da (orgs.). **Terrorismo de estado, direitos humanos e movimentos sociais**. São Paulo: Entremares, 2017.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Situação das ocupações na cidade de São Paulo**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://polis.Org.br/wp-content/uploads/2021/06/Situacao-das-ocupacoes-na-cidade-de-Sao-Paulo.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROY, Ananya; ROLNIK, Raquel. Metodologias de pesquisa-ação para promover a justiça habitacional. *In*: MOREIRA, Fernanda Accioly; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula Freire (orgs.). **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares**: observatório de remoções – Relatório

bianual 2019-2020. São Paulo: Raquel Rolnik, 2020. p. 17-29. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1FNN4NpB7moCNEDKuJqK-TmW5lOjI16Cw/view>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SANCHES, Débora; STEVENS, Jeroen; PIOTTO, Marcele. Ocupações e urbanismo insurgentes: área central de São Paulo. *In*: ROZESTRATEN, Artur Simões; BARROS, Gil; LEITÃO, Karina Oliveira; GOLDCHMIT, Sara Miriam; BARTALINI, Vladimir. **III ICHT 2019 (Colóquio Internacional – Imaginário: construir e habitar a terra – Deformações, deslocamentos e devaneios)**. 2019. p. 553-69. Disponível em: <https://sites.usp.br/icht2019/wp-content/uploads/sites/416/2019/07/Book-1-ICHT-2019-16.07.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SANTANA, Joana Valente (org.). **Serviço social e habitação: dimensões teóricas, históricas e metodológicas**. Campinas: Papel Social, 2018.

SANTOS, Renato Abramowicz. Na cidade em disputa, produção de cotidiano, território e conflito por ocupações de moradia. **Cadernos MetrÓpole**, v. 21, n. 46, p. 783-805, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/BxY4MrVZSbgCBBsJ3nhmzDR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SILVA, Caroline Rodrigues da; FRANÇA, Bruno Alves de. Território e exercício profissional: o que conhecemos sobre o território onde trabalhamos? *In*: PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi (orgs.). **Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 253-72.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. *In*: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

VAINER, Carlos. **Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/193>. Acesso em: 28 fev. 2023.

VIEIRA, Nuria Pardillos. **O trabalho do assistente social nos processos de remoção de moradias: atualização de antigas requisições**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17733>. Acesso em: 28 fev. 2023.

VIEIRA, Nuria Pardillos; ÁGATA, Lúcia. Remoções de famílias em intervenções urbanas e direito à cidade: convocação para o trabalho social em tempo de destruição de direitos. *In*: PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi (orgs.). **Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 171-91.

VIEIRA, Nuria Pardillos; BAGNATORI, Maura Iclea. Apontamentos sobre urbanização de favelas, remoções de moradias e trabalho social na cidade de São Paulo. **O Social em Questão**, v. XVI, n. 29, p. 237-64, 2013. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/10artigo29.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS PROFISSIONAIS

Entrevista nº:

Data da entrevista:

Identificação

Nome:

Espaço sócio-ocupacional:

Questões

- 1- Há quanto tempo você atua com os movimentos de moradia?
- 2- Como se realiza o trabalho profissional junto a movimentos sociais de moradia?
- 3- Como você percebe os conflitos fundiários e a relação com o trabalho profissional nos movimentos de moradia?
- 4- Como se dá o trabalho junto a movimentos ou sujeitos que enfrentam os processos de remoções forçadas?
- 5- Existem diferenças entre o trabalho desenvolvido antes, durante e depois das remoções?
- 6- Se existem diferenças, quais são? Nas formas de organização, nos temas, nas abordagens?
- 7- Quais as principais demandas apresentadas pelas lideranças e pelas famílias?
- 8- Como pensar a elaboração de estratégias de trabalho?
- 9- Quais as estratégias de trabalho que você desenvolve ou já desenvolveu com as famílias que enfrentam os processos de remoções?
- 10- Quais as possibilidades e os limites do trabalho profissional nesse contexto?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SUJEITOS DE MOVIMENTOS DE MORADIA

Entrevista nº:

Data da entrevista:

Identificação

Nome:

Movimento social:

Questões

- 1- Há quantos anos você participa de movimentos sociais de moradia?
- 2- Conte alguns pontos sobre a sua trajetória de vida.
- 3- Como a sua trajetória de vida se relaciona com a questão de moradia?
- 4- Como você percebe os conflitos em torno da moradia ou da propriedade privada?
- 5- Por que os movimentos ocupam os prédios abandonados?
- 6- Como as ocupações são organizadas?
- 7- Como você percebe os processos de ameaças de remoções forçadas nas ocupações?
- 8- Quem são os atores que pressionam para a realização das remoções?
- 9- Quais os impactos das ameaças de remoções forçadas para as famílias que compõem o movimento?
- 10- Quais as formas de enfrentamento dos movimentos de moradia em relação aos processos de remoções forçadas? Quais são as organizações que contribuem com a luta pela moradia?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada(o),

Eu, Lucas Lopes de Almeida, estudante de mestrado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), estou desenvolvendo a pesquisa intitulada “O trabalho profissional de assistentes sociais junto aos movimentos sociais de moradia que enfrentam remoções forçadas”, que tem como objetivo a investigação acerca do trabalho de assistentes sociais nos movimentos sociais de moradia que estão em processos de remoções forçadas.

A metodologia utilizada é composta das pesquisas bibliográfica, documental e empírica. Para a realização desta, aplicaremos roteiro semiestruturado de perguntas para as(os) assistentes sociais e sujeitos de movimentos sociais de moradia.

Nesse sentido, gostaria de convidá-la(o) a participar voluntariamente deste estudo. Sua participação consistirá em responder o roteiro de perguntas. Você tem o direito ao sigilo, ao anonimato e à retirada do consentimento a qualquer tempo, sem ônus ou prejuízo algum.

Vale ressaltar que este trabalho é objeto de análise do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP – Campus Monte Alegre, que consiste em um colegiado interdisciplinar, com autonomia para verificar e acompanhar se as pesquisas que envolvem seres humanos de forma direta ou indireta e de qualquer área do conhecimento e qualquer nível de formação não são passíveis de colocar os seus participantes (voluntários) em uma situação de risco, desconforto, constrangimento, exposição indevida, conforme as normativas éticas nacionais em vigor, para citar uma delas, a Res. CNS/MS n. 466/2012 complementada pela Res. CNS/MS n. 510/2016.

Caso queira sanar alguma dúvida acerca de sua participação neste estudo, disponibilizo o meu *e-mail* como meio de contato: lopeslucas9797@outlook.com. Também, caso queira entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP – Campus Monte Alegre poderá fazê-lo por telefone: (+55 11) 3670-8466; *e-mail*: cometica@pucsp.br; ou pessoalmente no endereço sito à rua Ministro Godoi, 969, sala 63C, térreo do prédio Reitor Bandeira de Mello, Perdizes, São

Paulo – SP, CEP: 05015-001. Para contato com o Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, o endereço é: rua Ministro Godói, 969, Perdizes, São Paulo – SP, CEP: 05015-000; e *e-mail*: sssocial@pucsp.br.

TCLE

Sendo assim, tendo todas as dúvidas sanadas em relação à participação nesta pesquisa, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada(o) na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada “O trabalho profissional de assistentes sociais junto aos movimentos sociais de moradia que enfrentam remoções forçadas”, desenvolvida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a orientação da Prof.^a Dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz, e que poderei contatar o pesquisador a qualquer momento que julgar necessário por meio do *e-mail*: lopeslucas9797@outlook.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar com a pesquisa. Fui informada(o) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é a investigação acerca do trabalho de assistentes sociais nos movimentos sociais de moradia que estão em processos de remoções forçadas.

Também fui esclarecido(a) de que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará por meio de entrevista semiestruturada e o áudio será gravado, a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e sua orientadora. Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar o pesquisador responsável ou sua orientadora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, situado na Rua Ministro Godoy, 969, Perdizes, São Paulo – SP, CEP: 05015-000.

A pesquisadora principal da pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). Fui ainda informado(a) de que

posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____